



# Anais da Assembléia

D.A. 63

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª**

**LEGISLATURA**

**ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1997**

**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagem:**

**MENSAGEM Nº 010/97**

Curitiba, 14.04.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, o anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1998.

O anteprojeto de lei compõe-se de cinco capítulos, compreendendo:

- I. as prioridades da Administração Estadual;
- II. a estrutura dos Orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;
- IV. as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício; e
- V. outras disposições.

O Poder Executivo ficará, através da Secretaria de Estado da Fazenda, à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1998, compreendendo:

- I. as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II. as estruturas dos Orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;
- IV. as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício; e
- V. outras disposições.

**CAPÍTULO I**

**Das prioridades da Administração Pública Estadual**

Art. 2º - Constituem prioridades no Governo Estadual:

- I. a mudança do perfil econômico do Estado através da industrialização, para torná-lo menos dependente do setor primário;
- II. o investimento para melhoria da qualidade de vida, da qualificação

de recursos humanos e da infraestrutura do Estado, assegurando políticas públicas convergentes nas áreas do meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia;

III. o atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, segurança, habitação, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de emprego e de renda;

IV. a efetividade na gestão pública, com a otimização do uso dos recursos públicos no contexto de equilíbrio financeiro do Estado.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior estão detalhadas, por Programa de Governo, no Anexo a esta lei e terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1998.

## CAPÍTULO II

### Das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV e V, que conterão:

I. Legislação e resumos da receita referentes ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II. Resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III. Orçamento Fiscal, compreendendo os Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

IV. Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o

artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

V. Programa de Obras a que se refere a Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual apresentará Exposição Justificativa, contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e sobre outras informações consideradas relevantes para a análise da Proposta Orçamentária.

Art. 6º - O Orçamento Fiscal e os Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos terão sua despesa discriminada por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando a classificação da despesa quanto à sua natureza, reestruturada aos moldes da Portaria SOF/SEPLAN nº 35, de 01 de agosto de 1989 e suas alterações, obedecendo os seguintes agrupamentos:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida Pública  
Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida Pública  
Outras Despesas de Capital

Art. 7º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por empresa e terá o seu programa de trabalho definido por projeto/atividade.

Art. 8º - O Programa de Obras, contendo o detalhamento físico e financeiro das obras, será apresentado por unidade orçamentária, projeto/atividade, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

## CAPÍTULO III

### Das Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Estado

**SEÇÃO I**  
**Das Diretrizes Gerais**

Art. 9º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1997.

# 1º - As despesas custeadas com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 1º de julho de 1997, para as operações de compra no mercado secundário.

# 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1997, de acordo com critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 10 - As receitas destinadas aos Órgãos, Autarquias, Fundações, órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 11 - Os Orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ter fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 12 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

Art. 13 - O valor de Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de

despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 14 - Na programação dos orçamentos não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, # 3º da Constituição Federal e do artigo 135, # 2º da Constituição Estadual.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1998 destinará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessário:

I. ao orçamento do Poder Legislativo, correspondendo a até 4% (quatro por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. Em observância ao princípio da gestão financeira autônoma, do percentual acima definido caberá à Assembleia Legislativa a parcela de 2,1% e ao Tribunal de Contas a parcela de 1,9%;

II. ao Orçamento do Poder Judiciário, correspondendo a até 7% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. Em observância ao princípio da gestão financeira autônoma, do percentual acima definido caberá ao Tribunal de Justiça a parcela de 6,37% e ao Tribunal de Alçada a parcela de 0,63%;

III. ao Orçamento do Ministério Público, correspondendo a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

IV. ao pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

V. ao pagamento do serviço da dívida pública;

VI. ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Estadual que vier a regulamentá-lo;

VII. à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a até 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VIII. aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX. aos programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos no artigo 142 da Constituição do Estado e no artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

X. ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as Leis Estaduais nºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

XI. ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 1997.

Art. 16 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por uma Secretaria implicará na redução do limite de outra, de forma a manter o percentual global de 100%:

.Chefia do Poder Executivo.....	até 5%
.Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador.....	até 1%
.Secretaria de Estado do Governo.....	até 1%
.Procuradoria Geral do Estado.....	até 1%
.Ouvidoria Geral do Estado.....	até 1%
.Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.....	até 4%
.Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.....	até 10%
.Secretaria de Estado da Administração.....	até 12%
.Secretaria de Estado da Fazenda.....	até 9%
.Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.....	até 11%
.Secretaria de Estado de Obras Públicas.....	até 1%
.Secretaria de Estado da Comunicação Social.....	até 1%
.Secretaria de Estado da Segurança Pública.....	até 16%

.Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.....	até 3%
.Secretaria de Estado da Saúde.....	até 20%
.Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.....	até 6%
.Secretaria de Estado da Cultura.....	até 5%
.Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.....	até 6%
.Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.....	até 3%
.Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.....	até 6%
.Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico.....	até 6%
.Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....	até 15%
.Secretaria de Estado do Desenvolvimento urbano.....	até 4%
.Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	até 12%
.Secretaria de Estado dos Transportes.....	até 25%
.Secretaria Especial da Política Habitacional.....	até 10%

# 1º - Os recursos de que trata o caput deste artigo serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

# 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados por ato do Poder Executivo, mediante autorização do Poder Legislativo, aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 17 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

## SEÇÃO II

### Das Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 18 - O Orçamento Fiscal e os Próprios da Administração Indireta, para o exercício de 1998, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor de até R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), a preços de 1º de julho de 1997, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 19 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 20 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, serão elaborados, respectivamente, pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados em até 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 22 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e de convênios e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 23 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua imple-

mentação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.

Art. 25 - O Orçamento Fiscal conterá a previsão de recursos necessários para o cumprimento ao disposto no artigo 137, Parágrafo Único, da Constituição Estadual, mediante prévia autorização legislativa.

## SEÇÃO III

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 26 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na conta investimento.

Art. 27 - Os montantes das despesas dos Orçamentos de Investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

## CAPÍTULO IV

### Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 28 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1997, em especial:

- I. as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;
- II. a concessão e redução de isenções fiscais;
- III. a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV. o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

## CAPÍTULO V

### Das Outras Disposições

Art. 29 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão identificadas as

instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 30 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas, vedadas no entanto as que:

- I. sejam incompatíveis com as disposições do § 3º, do artigo 134 da Constituição Estadual;
- II. transfiram recursos próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- III. identifiquem instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais;
- IV. cancelem recursos de manutenção de órgãos e/ou entidades em favor de despesas de capital;
- V. cancelem recursos oferecidos como contrapartida de financiamentos, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato;
- VI. incluam obras sem o respectivo detalhamento físico e financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário à emenda.

Art. 31 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no § 2º do artigo 9º desta lei.

Art. 32 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO

#### PRINCIPAIS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

##### NO PROGRAMA: IDÉIAS-FORÇA EM CADA REGIÃO

- ⇒ Dar continuidade ao projeto de implantação da infra-estrutura ao longo do Anel de Integração que une Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava;

- ⇒ Conservar e melhorar a infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos;
- ⇒ Dar continuidade ao projeto Costa Oeste nas regiões lindeiras ao Lago de Itaipu;
- ⇒ Melhorar a infra-estrutura do litoral paranaense.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ 12 MESES

- ⇒ Dar continuidade ao programa de melhoria da qualidade de vida da população rural com o combate à pobreza no meio rural, pela capacitação e profissionalização, organização e fortalecimento institucional e mecanismos de apoio ao trabalhador rural;
- ⇒ Dar continuidade a implantação de vilas rurais;
- ⇒ Estimular a pesquisa e extensão rural para fortalecimento da agricultura no Paraná.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ + SANEAMENTO

- ⇒ Dar continuidade às ações dos Programas de Saneamento Ambiental;
- ⇒ Atender gradativamente a demanda de sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ AMBIENTAL

- ⇒ Dotar o complexo Vila Velha/Guartelá da infra-estrutura necessária;
- ⇒ Dar continuidade ao projeto de educação ambiental;
- ⇒ Dar continuidade aos projetos de preservação das reservas florestais e de reflorestamento;
- ⇒ Promover o desenvolvimento integral e auto-sustentável da região de influência da Floresta Atlântica.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ + TRANSPORTE

- ⇒ Dar continuidade ao projeto de conservação e manutenção de rodovias;
- ⇒ Dar continuidade a execução do projeto Caminhos da Educação e da Produção;
- ⇒ Dar continuidade às ações de pavimentação de rodovias;
- ⇒ Garantir a manutenção e o melhoramento da rede viária alimentadora básica.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + TECNOLOGIA**

- ⇒ Dar continuidade a implantação de incubadoras tecnológicas voltadas ao fortalecimento da agroindustrialização do Estado;
- ⇒ Incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico, considerando a pesquisa básica e a pesquisa aplicada como elementos estrategicamente integrados ao desenvolvimento econômico e social.

**PROGRAMA: PARANÁ URBANO**

- ⇒ Promover ações no desenvolvimento urbano, de forma orientada, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + EMPREGO**

- ⇒ Expandir as ações de desenvolvimento das cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local, tais como a implantação de Barracões industriais e Centros Regionais de Negócios;
- ⇒ Incentivar a implantação, expansão e reativação de estabelecimentos industriais, bem como a modernização tecnológica, buscando garantir o incremento do emprego no Paraná;
- ⇒ Criar núcleos regionais de fomento, junto às Agências do BANESTADO, visando à identificação de oportunidades de investimentos e a atração de novos negócios.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + SAÚDE**

- ⇒ Dar continuidade a descentralização do sistema de Saúde de modo a criar um atendimento personalizado do paciente em todo o Estado;
- ⇒ Incrementar as ações de suporte nas áreas terapêuticas e de apoio diagnóstico;
- ⇒ Ampliar a assistência ambulatorial básica e especializada, assistência médica e assistência farmacêutica;
- ⇒ Desenvolver projetos de ação comunitária de prevenção de doenças transmissíveis;
- ⇒ Expandir os serviços de atendimento pelo SIATE e pela Central Estadual de Transplantes;
- ⇒ Dar continuidade aos serviços das Centrais de Marcação de Consultas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + ESPORTE**

- ⇒ Dar continuidade aos projetos de atividades esportivas e de lazer, fundamentais a qualidade de vida do cidadão, respeitando características regionais e municipais, tais como Vila Olímpica, Parceria Esportiva, Memória Esportiva, Paraná Olímpico, Integração das Pessoas Deficientes, Esporte Universitário e outros.

**NO PROGRAMA: CRIANÇA + FAMÍLIA**

- ⇒ Promover a convivência familiar da criança e do adolescente, intensificando projetos como Piá, Creches, Formando Cidadão, Piá no Esporte, Piá Ambiental, Piá Indígena, Da Rua para a Escola, Apoio a Entidades de Atendimento à Família e Registro Civil;
- ⇒ Garantir o atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, em unidades sociais oficiais, preparando-os para o exercício da cidadania;
- ⇒ Descentralizar o atendimento a menores autores de atos infracionais;
- ⇒ Expandir as ações de atenção ao idoso, através de projetos como Revitalização de Asilos (Moradas do Sol), Casa-Lar, Condomínio da 3ª Idade, Centro de Convivência e produção (Clube de Idosos) e outros;
- ⇒ Expandir as ações de atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, através de projetos como Perfil da Pessoa Portadora de Deficiência, Sistema de Atenção Continuada, Casa-Lar e Sistema de Informações Gerais de Apoio.

**NO PROGRAMA: EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO**

- ⇒ Dar continuidade ao desenvolvimento de ações que busquem a qualidade nos ensinos de primeiro e segundo graus, tais como a implantação de instrumentos que visem aumentar a permanência do aluno na escola; a implantação de programas culturais de incentivo à criatividade, esportes e modelos educacionais alternativos; a recuperação e otimização do uso dos equipamentos da educação; implantação de programas de treinamento e atualização dos profissionais da educação; expansão do projeto Vale-Saber destinado aos professores que desenvolverem e aprimorarem os seus conhecimentos.



- ⇒ Dar continuidade às ações de acompanhamento e avaliação do desempenho do sistema educacional do Estado;
- ⇒ Expandir e melhorar o atendimento aos educandos portadores de deficiência, visando o desenvolvimento de suas potencialidades;
- ⇒ Expandir e diversificar as oportunidades educacionais, incluindo a implementação do Vale-Ensinar, a consolidação do ciclo básico de alfabetização, o fortalecimento das escolas do campo, o acompanhamento do Plano Decenal de Educação, a criação de cursos de magistério para professores leigos e outras;
- ⇒ Incentivar a criação de cursos profissionalizantes voltados às demandas de cada região;
- ⇒ Incentivar a consolidação de cursos universitários vinculados às vocações regionais, com a participação da comunidade para a sua viabilização técnica, científica, econômica e financeira.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + CULTURA**

- ⇒ Dar continuidade às ações de fortalecimento da memória e da identidade paranaense, com a recuperação e preservação de locais históricos, com o incentivo à pesquisa como meio de valorização e resgate da história vivida pelo povo do Paraná e com o acesso às informações culturais à comunidade;
- ⇒ Dar continuidade aos projetos culturais como o Canal da Música, Trilha da Cultura, Revitalização do Centro Histórico de Antonina e Paranaguá, Correio da Memória, Canal Paraná, Centro de Estudos de Música de Londrina, Grandes Festivais, Produções em Artes Cênicas e Musicais, Museu Paranaense, Etnias Paranaenses, Cinema Paraná, Literatura e Editoração, Livros de Arte, Memória e Patrimônio, Reequipamento dos Museus, Centro de Restauro e Caminhos do Paraná.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + HABITAÇÃO**

- ⇒ Concentrar esforços no sentido de amenizar o grau de carência habitacional da população paranaense, com a implementação de estratégias para assegurar a aquisição da casa própria, de materiais de construção,

de lotes urbanizados, o assentamento de trabalhadores volantes, a exemplos de projetos como Habitação Urbana, Habitação Rural e Casas do Ofício.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + SEGURANÇA**

- ⇒ Garantir a tranquilidade da população com a continuidade e melhoramento das ações de policiamento ostensivo para o combate à violência urbana e rural e fiscalização de fronteiras;
- ⇒ Implantar módulos policiais nas cidades-pólo com a participação da comunidade;
- ⇒ Garantir os meios necessários ao bom atendimento dos serviços do Corpo de Bombeiros.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + JUSTIÇA**

- ⇒ Dar continuidade ao projeto de Penitenciárias Industriais, para utilização da mão-de-obra dos presos, criando novas oportunidades aos detentos;
- ⇒ Desenvolver ações de promoção e proteção da cidadania;
- ⇒ Descentralizar e desburocratizar os serviços da JCP, PROCON e IPEN, garantindo uma atuação efetiva em defesa do consumidor e do micro e pequeno empresário.

**NO PROGRAMA: PARANÁ FISCAL**

- ⇒ Garantir a continuidade e implantação de projetos que visem a intensificação da arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + INFORMAÇÃO**

- ⇒ Ampliar as ações de informatização no Estado, visando a melhoria nos controles gerenciais, a agilização de processos e decisões e a redução de custos;
- ⇒ Realizar pesquisas, estudos, coletas e tratamento de dados para o conhecimento e a disseminação de informações sobre a realidade sócio-econômica do Estado e de seus municípios, visando garantir a formulação de políticas adequadas ao seu desenvolvimento.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + ENERGIA**

- ⇒ Atender às necessidades de expansão do mercado de energia elétrica do Estado;
- ⇒ Desenvolver estudos e projetos voltados as novas fontes alternativas de energia.

**NO PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- ⇒ Desenvolver ações, no âmbito das várias Secretarias que visem a garantia de execução e da qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- ⇒ Expandir as ações de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como de fortalecimento da descentralização técnica-administrativa das unidades sociais do Estado;
- ⇒ Ampliar os canais de comunicação direta entre a administração pública e a população, como forma de avaliar os serviços prestados pelo Estado;
- ⇒ Garantir o cumprimento de compromissos assumidos pelo Governo Estadual.

**NO PROGRAMA: PARANÁ AMBIENTAL**

- ⇒ Implementar ações que visem à valorização da produção mineral, à identificação de necessidades e oportunidades regionais de investimentos e à intensificação do suporte geotécnico aos planos de uso e ocupação de solos nos municípios.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + TURISMO**

- ⇒ Estimular a atividade de turismo no Estado, através de projetos como Turismo Ecológico, Histórico e Rústico, Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo, Municipalização do Turismo e outros.

**À Diretoria Legislativa.**

**Ofício:**

OFÍCIO

Banco Regional de Desenvolvimento  
do Extremo Sul - BRDE

OF. DIRFI-020/97

Curitiba, 05.05.97.

Senhor Presidente.

Tendo em vista convite formulado por esse egrégio Colegiado, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência

que atenderei a honrosa indicação e estarei presente à Sessão Legislativa do dia 07 de maio do corrente, 4ª feira, às 16:00 horas.

A Reunião, por seu caráter peculiar envolvendo matéria financeira e bancária, e no resguardo dos interesses de clientes e da própria Instituição requer local apropriado e a presença exclusiva dos Senhores Deputados, viabilizando inclusive as explicações necessárias às indagações dos Parlamentares.

Aproveito o ensejo para apresentar meus protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente

(a) F. FERNANDO FONTANA  
Diretor vice-Presidente  
e Financeiro

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 855**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei nº 528/96, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de União da Vitória, imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 06.05.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO Nº 868**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído, na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei de nossa autoria, de nº 478/96.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO Nº 884**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei nº 468/96, de nossa autoria, que dá nova redação ao Parágrafo 2º do art. 2º da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, REQUER à Mesa Executiva da ALEP, autorização para que seja realizada a Sessão Especial Extraordinária, nesta Casa de Leis, em comemoração aos 75 anos de fundação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), no dia 08 de maio do presente ano, logo após a sessão ordinária desta Casa de Leis.

Na oportunidade, esclarecemos que tal passagem representa um importante fato para a política nacional, dado que a história de lutas do referido Partido se confunde com a busca de uma sociedade melhor para todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

## REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a mudança da data do "Seminário em Defesa da Saúde e Pela Implementação do SUS", dos dias 02 e 03 de maio, para os dias 06 e 07 de junho de 1997.

As despesas com convidados se dará através da hospedagem de 02 (duas) pessoas e as respectivas passagens de avião nos seguintes trajetos: Porto Alegre/Curitiba/ Porto Alegre e São Paulo/Curitiba /São Paulo.

Sala das Sessões, em 05.06.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO Nº 897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos, voto de pesar pelo falecimento prematuro do jovem Valdeney Christian Giordani, ocorrido no último dia 03 de maio, no CINDACTA II, nesta Capital.

Requer ainda, seja dado ciência deste Requerimento ao Senhor Valdomiro Giordani, genitor do extinto, a/c da Prefeitura Municipal de Capanema - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Natural de Capanema, no Sudoeste do Estado, Valdeney Christian Giordani veio para esta Capital há quase três anos, para continuar seus estudos, tendo ingressado na Aeronáutica, onde pretendia seguir carreira.

No último sábado, por volta da 1:15 horas, conforme informações da imprensa, quando prestava serviço de guarda no CINDACTA II - Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aeroespacial, no Bacacheri, nesta Capital, o soldado Valdeney foi brutalmente assassinado, por elementos que assaltaram o Caixa Eletrônico do Banco do Brasil, que fica dentro das instalações do CINDACTA II.

A morte violenta deste jovem, de apenas 21 anos, que se encontrava no cumprimento do dever, deixou consternados seus familiares e seus companheiros da aeronáutica, que esperam providências urgentes na apuração dos fatos, a fim de que os autores desse brutal assassinato venham a ser punidos.

## REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Antonio Gomes Rosa, ocorrido no dia 02 próximo passado, no Município de Maringá-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua filha, Célia Regina Gomes de Mello e família, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida XV de Novembro, 351, Ap. 1304, 13º andar - CEP 87013-230 - Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

## REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Zara Joeli Lemos, ocorrido no dia 02 próximo passado, no Município de Loboato - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu filho, Zailson Lemos e família, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Antonio Coletto, 1260 - CEP 86790-000 - Lobato - PR.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor René Antonio Baumel, do Município de Contenda, neste Estado.

Requer, outrossim, que do presente se dê conhecimento à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida das Américas, 206 - CEP 83730-000 - Contenda - PR.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ALBANOR GOMES

#### JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Senhor René Antonio Baumel, no dia 05 de maio de 1997, deixou consternada a comunidade de Contenda. Filho de família tradicional do município, era pessoa de conduta exemplar e cidadão sempre presente na prestação de serviços à comunidade.

Foi supervisor da Cooperativa Mista Bom Jesus, em Contenda, priorizando o desenvolvimento da agricultura e o apoio ao homem do campo. Participou de atividades políticas, tendo sido candidato a vice-Prefeito por duas vezes.

Deixa viúva a Senhora Leonilda Baumel e cinco filhos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na pessoa deste Deputado, se alia à dor da família enlutada.

#### REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal VALDEMAR e ELEONICE MORONA FROHLICH, que completou 50 anos de

união conjugal, celebrando BODAS DE OURO.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos ao Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal EWALDO E CARMELINA SCHLOTTAG, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando BODAS DE OURO.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos ao Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Primeiro de

Maio, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 01.05.97.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Assaí, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 01.05.97.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Uraí, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 05.05.97.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Nova Santa Bárbara, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 09.05.97.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 43º aniversário de instalação do Município de Alto Paraná.

Da decisão desta Casa, requer-se seja dada ciência à Câmara de Vereadores e à Prefeitura Municipal de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Elevado à categoria de Município em 19 de agosto de 1953, pela Lei Estadual nº 1.190, o Município de Alto Paraná foi instalado em 05 de maio de 1954.

Hoje, Alto Paraná é uma das mais progressistas cidades da região, motivo de grande orgulho para sua população.

Ao comemorar seu aniversário nesta data, gostaríamos de levar à população de Alto Paraná as mais sinceras homenagens desta Casa Legislativa.

#### REQUERIMENTO Nº 891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, alusivos à eleição da nova Diretoria, ocorrida no último dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Diretoria, Engenheiro Agrônomo Nestor Bragagnolo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475 - Sala 1.206 - CEP 80020-926, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal "Folha de Londrina", alusivos aos 45 anos de fundação, transcorrido no último dia 27 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao fundador e Presidente do Conselho de Administração, Senhor João Milanez, e ao Diretor Superintendente, Senhor João Antonio Vieira Filho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mauá, 1133, CEP 80030-200, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao General-de-Divisão Agnaldo Del Nero Augusto, alusivos aos relevantes serviços prestados durante o tempo em que esteve no Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército - "Região Heróis da Lapa".

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Quartel da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao General-de-Divisão Agnaldo Del Nero Augusto, alusivos aos relevantes serviços prestados durante o tempo em que esteve no Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército - "Região Heróis da Lapa".

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Quartel da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao General-de-Divisão Pedro Augusto da Silva Neto, alusivos a assunção de Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército - "Região Heróis da Lapa", na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Quartel da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Professor Jaime Ayres da Silva, alusivos ao lançamento do livro "Sexologia - Uma Necessidade de Educação" em 25 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Minas Gerais, 651 - CEP 86870-000, Município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor ex-Governador e ex-Ministro Ney Braga, pelo lançamento de seu livro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O lançamento de um livro é como se estivéssemos inaugurando um templo.

Leitura não é somente cultura, mas, também remédio para o espírito. Os livros são propulsores do progresso e da civilização.

Colocar um livro ao alcance do povo é proporcionar-lhe um maná para sua alma sequiosa do saber, é concorrer para a ilustração do seu espírito, é em suma, facilitar-lhe a aquisição de conhecimentos que, por outra forma, não poderia obter.

Cultivar as letras é trabalho pelo grandeza e pela glória de uma Nação. Cultivar a literatura é fugir às condições terrenas, para alçar as regiões do espírito.

O livro é, pois, farol a espantar as trevas e é a alavanca a impulsionar o progresso, com a comunicação a brotar da inteligência e do coração do homem.

O lançamento do livro do Exce-lentíssimo Senhor ex-Governador e ex-Ministro Ney Braga, encherá de orgulho, de esperança e estímulo a todos nós, paranaenses.

## REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à UNIVALE - União das Escolas Superiores do Vale do Ivaí - Ivaiporã - PR, alusivos ao lançamento do livro "Sexologia - Uma Necessidade de Educação", em 25 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Diretora da UNIVALE, Professora Mirian Izabel Gavassi Santos Gatti, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Minas Gerais, 651 - CEP 86870-000, Município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Alberto Alexandre Gonçalves Nogueira, alusivos à eleição para o cargo de Governador do Distrito L-6 do Lions Club em 20 de abril do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mena Barreto Monclaro, 126 - CEP 82005-510, Município de São José dos Pinhais - PR.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, de votos de congratulações e aplausos ao Senhor Ademar Kuri, Superintendente da Coordenadoria de Impacto Ambiental da

Companhia Paranaense de Energia - COPEL, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo em prol do engrandecimento deste órgão estadual, principalmente na Região Sudoeste.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) CÉSAR SELEME

## REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder da Bancada do PDT na Câmara Federal, Deputado Mateus Schimidt, solicitando apoio ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês. No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instância pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encaminhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses), para apreciação de 23 juizes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissio-

nal diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder do Governo na Câmara Federal, Deputado Benito Gama, solicitando apoio daquela liderança ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês. No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instância pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encaminhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses), para apreciação de 23 juizes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o

Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissional diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder da Bancada do PSDB na Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, solicitando apoio ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês. No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instância pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encaminhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses), para apreciação de 23 juizes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão



comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissional diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder da Bancada do PMDB na Câmara Federal, Deputado Gedel Vieira Lima, solicitando apoio ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês. No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instância pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encaminhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses), para apreciação de 23 juízes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissional diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder da Bancada do PFL na Câmara Federal, Deputado Inocêncio de Oliveira, solicitando apoio ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês. No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instância pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encaminhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses).

ses), para apreciação de 23 juizes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissional diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder da Bancada do PTB na Câmara Federal, Deputado Pedrinho Abraão, solicitando apoio ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês. No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instância pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encami-

nhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses), para apreciação de 23 juizes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissional diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder da Bancada do PT na Câmara Federal, Deputada Sandra Starling, solicitando apoio ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês. No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instân-

cia pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encaminhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses), para apreciação de 23 juizes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissional diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Líder da Bancada do PPB na Câmara Federal, Deputado Adelmo Leão, solicitando apoio ao projeto do Deputado Abelardo Lupion, que cria um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Mais do que palavras de convencimento, os números retratam melhor a necessidade de instalação no Paraná de um Tribunal Regional Eleitoral, conforme projeto de lei nesse sentido, que está em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Deputado paranaense Abelardo Lupion.

Com a Justiça Federal de Segunda Instância sediada em Porto Alegre (o TRF-4), para atender os Estados do Sul, uma única Corte fica sobrecarregada. Prova disso é que na virada do ano, 116.522 processos tramitavam naquele tribunal. Em média, 5 mil novas ações dão entrada no TRF-4 a cada mês.

No ano passado, só o Paraná remeteu para Porto Alegre 41% dos processos que foram julgados em primeira instância pela Justiça Federal no Estado. Ou, em números: 25.766 processos sentenciados aqui, 10.680 foram encaminhados em grau de recurso para o TRF-4. Tudo isso (acrescente-se as ações dos próprios gaúchos e dos catarinenses), para apreciação de 23 juizes, evidentemente sobrecarregados de trabalho.

Outro argumento decisivo para a criação de um TRF no Paraná: a maioria dos processos vem da classe trabalhadora, portanto, do povo, do cidadão comum. Que espera anos por uma definição e se encontra numa situação mais crítica porque a distância entre o Paraná e o Rio Grande do Sul acarreta ônus com o deslocamento do advogado ou requer a contratação de um profissional diretamente em Porto Alegre para acompanhar o processo. Vale lembrar ainda que a sociedade civil organizada, como a Associação Comercial do Paraná e a OAB-Seção Paraná, estão na luta pela criação do Tribunal Regional Federal no Paraná, engajadas na defesa do projeto do Deputado Abelardo Lupion, da Bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

#### REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, para que acelere a tramitação do projeto de lei de autoria do Deputado Federal pelo Paraná, Abelardo Lupion, que prevê a instalação de um Tribunal Regional Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

O movimento que está sendo desencadeado por lideranças empresariais, jurídicas e políticas de nosso Estado, tem todo o nosso apoio. Estamos nos engajando nesta luta e pedindo o apoio dos colegas Parlamentares no sentido de pressionar os canais competentes em Brasília, para que o Paraná seja beneficiado com a instalação de um Tribunal Regional Federal.

Há um projeto de lei do Deputado Federal Abelardo Lupion, da Bancada paranaense, tratando do assunto. Este projeto prevê a instalação de Tribunais Regionais Federais nas Cidades de Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus, Capitais de Estados que enfrentam os mesmos problemas na esfera da Justiça Federal. No caso do Paraná, cujo nível de Segunda Instância é remetido para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, os números são eloquentes para embasar nosso pedido de aprovação do projeto em pauta.

Dos 25.766 processos sentenciados pela Justiça Federal em nosso Estado, 10.680 processo, ou 41% do total, foram remetidos para o TRF em Porto Alegre. A maioria das ações é relativa à Previdência Social, área que atende o trabalhador, portanto, o cidadão comum. A distância, com ônus para quem impetrou a ação quando da necessidade de acompanhamento, além da contratação de advogados locais, pesam também para quem está com um processo em grau de recurso em Porto Alegre.

Esta e tantas outras razões, como a da necessidade de agilização da Justiça, são fortes o suficiente para que o projeto do Deputado Abelardo Lupion receba tratamento especial, com tramitação acelerada e aprovação na Câmara Federal.

#### REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Tefé, os quais solicitam reparos nas ruas desse bairro, tendo em vista as mesmas encontrarem-se intransitáveis.

Pedem ainda a abertura de valetas, bem como a troca de lâmpadas queimadas. Toda a comunidade será beneficiada com o atendimento do presente.

Sala das sessões, em 06.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da moradora na Rodovia da Uva, km 2, casa 109 - Roça Grande, a qual solicita a retirada dos galhos de árvores que foram colocados em frente à sua casa.

Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Duzinda Pires Perine, pelo telefone 257-1063, autora desta solicitação.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos ao Posto de Saúde do Município de Guamiranga.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem nenhuma condição financeira para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, ao Município de Inácio Martins.

A presente solicitação visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos ao Posto de Saúde do Município de Fernandes Pinheiro.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem nenhuma condição financeira para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 886

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário da Justiça e Cidadania, Senhor Edson Luiz Vidal Pinto, solicitando a seguinte informação: - Porque o COPED (Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná), ainda não foi constituído, sendo que o mesmo foi criado pela Lei 11.070/95, promulgada em 16 de março de 1995?

O referido pedido de informação justifica-se pela necessidade de ter funcionando um Conselho Estadual de Direitos Humanos, haja vista que pululam pelo Estado casos de violência e violação de Direitos Fundamentais. Não obstante, há mais de 2 anos, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, promulgou a Lei 11.070/95, que cria o referido Conselho.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos atentamente.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO  
ÂNGELO VANHONI  
EMERSON NERONE  
DOUTOR ROSINHA  
IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na

Ata dos Trabalhos desta Casa, nossas homenagens ao jornalista Alaor Odin Ribeiro, pelos seus brilhantes trabalhos desenvolvidos como editor de esportes do conceituado jornal "Gazeta do Povo".

Requer ainda que do teor do presente Requerimento, seja dada ciência ao jornalista em epígrafe, em seu endereço comercial.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O jornalista Alaor Rodin Ribeiro, brilhantemente apresenta todas as segundas-feiras, na "Gazeta do Povo", a coluna "Ontem e Hoje".

A coluna sempre destaca um ex-jogador de futebol que no passado marcou a história do futebol paranaense, relembrando a população que aprecia o esporte, os grandes momentos que foram destaques em um período e ouro para o futebol do nosso Estado.

A coluna do jornalista epigrafa-do é uma forma de homenagear os ex-atletas que no passado levavam multidões de apaixonados por este esporte aos estádios.

Recordar os grandes espetáculos ocorridos no passado é manter fresca na memória as imagens que empolgaram grandes platéias.

Assim sendo, nada mais justo que a Assembleia Legislativa, através do envio de expediente, leve ao conhecimento do colunista o reconhecimento desta Casa de Leis, aos seus trabalhos brilhantemente desempenhados.

#### REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Jaime Lerner, Governador do Estado; Doutor Rafael Greca de Macedo, Secretário de Estado do Planejamento; e ao Deputado Hermas Eurides Brandão, Secretário da Agricultura e do Abastecimento, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros destinados a construção de um prédio em alvenaria para abrigar o Escritório da Unidade Veterinária da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e também o Escritório da EMATER/PR, no Município de Joaquim Távora, conforme solicitação subscrita pelo Vereador

Amador Teodoro Machado e pela Vereadora Rosi Cleide D. Quadri, em anexo.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) RENY BORSATTO

**JUSTIFICATIVA:**

A construção de um prédio em alvenaria, para abrigar o Escritório da Unidade Veterinária e a EMATER/PR, na Cidade de Joaquim Távora, é uma antiga reivindicação da população daquele município, visto que esses órgãos estão sempre mudando de endereço, e isto tira inclusive a tranquilidade dos funcionários e profissionais que atuam na área, pois nem sempre se encontra uma casa com condições para abrigar estes órgãos, e que ofereça conforto e segurança, tanto para os funcionários como para os usuários.

Com cópia aos Vereadores acima nominados e à Prefeitura Municipal.

**ANEXO:**

CÂMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM TÁVORA  
Gabinete do Vereador: AMADOR TEODORO MACHADO (PFL)

Joaquim Távora, 22.04.97.

Exmº Sr.

RENY BORSATTO

DD. Dep. Estadual

Senhor Deputado:

Como representantes da população tavorense e com a preocupação voltada para o desenvolvimento do município e de seu povo, tomamos a liberdade de requisitarmos junto a Vossa Excelência como digno Representante da Região Norte na Assembléia Legislativa, a liberação de recursos necessários junto a Secretaria da Agricultura do Paraná com o objetivo de construção de Escritórios para a Unidade Veterinária da Secretaria da Agricultura e EMATER, em nosso município.

A presente solicitação fundamenta-se no fato da inexistência de um local fixo, para o funcionamento dos respectivos Escritórios pois a cada período os mesmos são transferidos para um determinado local, como podemos verificar no momento os mesmos encontram-se instalados no Centro de Eventos, local distante da cidade e sem condições adequadas para os funcionários exercerem suas atividades.

Quanto ao Escritório da EMATER já foram liberadas verbas para a construção do respectivo Escritório, mas que foram devolvidas pelo Executivo Municipal na Legislatura anterior.

Enquanto que a liberação de recursos para a construção do Escritório da SEAB-DSA em nosso município é de suma importância pois proporcionará enormes benefícios na área de vigilância e defesa da Agropecuária, tendo em vista, que o mesmo vem atendendo os Municípios de Quatiguá, Joaquim Távora e Carlópolis.

Portanto, Senhor Deputado para que o Escritório da Unidade da SEAB, seja mantido com todas as condições necessárias é importante a liberação de recursos com urgência para a construção em local apropriado para o atendimento ao público.

Diante do exposto, esperamos que sejam tomadas as devidas providências quanto a liberação de recursos com urgência, para as finalidades acima mencionadas e sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(aa) AMADOR TEODORO MACHADO

ROSI CLEIDE D. QUADRI

**REQUERIMENTO Nº 911**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Casa Lar do Município de Rebouças.

Trata-se de instituição beneficente, que enfrenta dificuldades para se manter, pois presta assistência a crianças e adolescentes de 0 à 18 anos de idade, carentes que foram abandonados ou perderam seus familiares, são crianças que precisam de amparo hoje para serem cidadãos de bem, amanhã.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 912**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abasteci-

mento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, do Município de Mallet.

A presente solicitação visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Coordenação da Associação Comunitária de Integração Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC), apoiando o Projeto de Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Cleiton Kielse, Irineu Colombo, Sérgio Spada, Toti Colaço, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Horácio Rodrigues, Samis da Silva, Reny Borsatto, Nelson Tureck, Nereu Moura, João Techy, Miltinho Puppio, Emerson Nerone, Ângelo Vanhoni, José Tavares.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Integração Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC) é uma entidade de alta respeitabilidade e de renomada qualificação técnica, que elaborou o Projeto de Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu, que visa o desenvolvimento integrado do Parque com onze municípios limítrofes, através da restauração ambiental das bacias hidrográficas do Parque, da pesquisa e difusão das técnicas ambientais mais eficientes para evitar danos às águas, aos solos e à vida silvestre, e na implantação do Ecoturismo e Turismo Rural como novas fontes geradoras de recursos.

Esse Projeto merece o apoio dessa colenda Casa de Leis, pois vai fortalecer os municípios limítrofes do Parque Nacional, fortalecendo a preservação e valorização ambiental, principalmente com a implantação da trilha histórica e ecológica do Caminho do Colono.

#### REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Jaime Tadeu Lechinski, Secretário de Estado da Comunicação Social, as seguintes informações:

- Cópia do contrato e do aditivo (publicado na pág. 08 do D. O. de 19.03.97) firmado entre a Secretaria de Estado da Comunicação Social e demais órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e a Empresa "Mercer Comunicações Ltda".

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo de autoria do Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Henrique Lenz César, intitulado "MERCOSUL: CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO", publicado pelo jornal "Folha de Londrina", em sua edição de 28.04.97, 1º Caderno, página 4.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Em seu brilhante artigo, o Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, advoga a causa de Curitiba ser escolhida a Capital do MERCOSUL. Ressalta ele que mais do que pleitear um simples título, "trata-se de dar continuidade a todo um trabalho na área jurídica, visando aprimorar a todo um trabalho na área jurídica, visando aprimorar as relações entre os países integrantes do bloco econômico, eliminar entraves e criar novos meios para promover a real integração".

Em seu texto conciso e claro, o Presidente do TJ reforça a necessidade do estabelecimento de uma Capital para o MERCOSUL face à definição de um foro para discutir todas as relevantes questões que a formação de um bloco de países voltados para os interesses comuns irá suscitar. Mais que uma de-



nominação, é preciso também o espaço físico para o debate dos interesses comuns. E Curitiba, por sua localização estratégica, é a mais indicada para sediá-lo.

O empenho de lideranças paranaenses para que este projeto se concretize, à exemplo da participação do Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, será decisivo para que a Capital paranaense se transforme, de fato e de direito, na Capital do MERCOSUL. Para a população do Paraná, os reflexos positivos com esta conquista se darão através da geração de empregos com eventos econômicos, turísticos e culturais. Novos investimentos certamente aportarão em nosso Estado, beneficiando a todos.

Questões como estas foram bem colocadas pelo autor do artigo, que em momento feliz destacou a necessidade de criação de um Tribunal de Justiça Supranacional, questão pouco lembrada mas que diante da autoridade de quem defende sua criação, dá a garantia de que os eventuais conflitos comerciais entre os países envolvidos terão foro próprio, em Curitiba, para julgamento.

Pela propriedade e pela oportunidade do tema, cumprimos o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e solicitamos a transcrição de seu artigo pela contribuição ao MERCOSUL.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 190/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Conselho Comunitário" do Hospital Municipal de Primeiro de Maio, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário do Hospital Municipal de Primeiro de Maio é uma associação civil, sem fins lucrativos com objetivo de promover a rein-

tegração dos representantes da comunidade para funcionamento e atendimentos aos necessitados, pelo Hospital Municipal.

O Conselho ainda se encarrega em arrecadar recursos junto à iniciativa privada e estabeleceu convênios com esta e com órgãos públicos.

Para que possa habilitar-se junto a estes, necessário se faz o reconhecimento de Utilidade Pública, através de lei, razão maior do presente projeto de lei.

##### PROJETO DE LEI Nº 191/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 11.500, de 05.08.96, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná (IES), ficam autorizadas a prestar serviços, e/ou produzir bens para terceiros e repassar da receita decorrente, a título de pro-labore, até o equivalente a 100% do salário-base anual dos servidores que efetivamente participem das referidas atividades."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

Ao limitar em 20% da receita decorrente da prestação de serviços e/ou produção de bens o repasse aos servidores participantes a título de pro-labore, a legislação atual, conquanto eivada das mais salutares intenções, culminou por restringir excessivamente e comprometer a motivação dos servidores. A título de ilustração, a Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional da UEM, não vem encontrando solução capaz de viabilizar a participação dos serviços solicitados pela comunidade, a exemplo da realização de concurso público, cursos de atualização, ou quaisquer dos 50 (cinquenta) projetos que vinha desenvolvendo a favor da região noroeste do Paraná,



por ser ínfimo o percentual a que teriam direito a título de pro-labore.

A presente solicitação, desde que acolhida por Vossa Excelência e aprovada em Plenário, viria ensejar a consolidação da vertente integradora da UEM, que tem efetivamente interagido positivamente na melhoria de qualidade dos serviços e/ou produção de bens na região noroeste do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 192/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Vitória Stefania Barbon, com sede no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

##### JUSTIFICATIVA:

A Creche Vitória Stefania Barbon, cumpre todas as exigências legais para que possa ser reconhecida e declarada de Utilidade Pública.

Possui personalidade jurídica há mais de um ano, tendo seu estatuto sido levado a registro em 1º de outubro de 1992.

O art. 3º de seu estatuto dispõe sobre a gratuidade no exercício de qualquer cargo ou função e veda expressamente a distribuição de lucros, bonificação ou outras vantagens a qualquer dos dirigentes sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

Está inscrita na Secretaria da Receita Federal, CGC 95.641.627/0001-38.

Em anexo, o Relatório de Atividades, cópia da Lei 1.259 do Município de Alto Paraná que a declarou de Utilidade Pública, bem como da Ata da eleição da atual Diretoria, devidamente registrada no Registro de Títulos e Documentos.

#### PROJETO DE LEI Nº 193/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Erwin Gröeger.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

##### JUSTIFICATIVA:

A trajetória de vida do Senhor Erwin Gröeger tem sido pautada pela honradez, dignidade, dedicação às artes, a preservação da natureza e ao montanhismo.

Nascido em Viena - Áustria, em 09 de agosto de 1912, Erwin Gröeger descende de uma família de intelectuais. Sua bisavó era pintora, e uma tia escultora foi a primeira mulher admitida como docente na Escola Superior de Belas Artes de Viena.

Iniciou-se muito cedo não só em violão clássico, que estuda com regularidade por mais de 4 anos, como também no amor à natureza e aos esportes, sempre vinculados à consciência ecológica. Após exercitar-se, através de longas caminhadas, passa a praticar alpinismo. Na juventude, escala, principalmente, as Dolomitas (fronteira da Áustria com o Norte da Itália).

Após o 1º e 2º Graus, ainda em Viena, com o objetivo de graduar-se em Engenharia Agrônoma, frequenta simultaneamente cinco instituições de ensino superior.

Em 1938, às vésperas da II Grande Guerra Mundial, a Áustria é anexada à Alemanha, e passa a integrar o Reich. Devido à sua meio origem judaica, temendo represálias, como por exemplo, ser mandado para a primeira linha de combate, Erwin Gröeger resolve fugir com a esposa e a filha ainda pequena para o Brasil.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, apesar de poliglota e do diploma de curso superior, vive tempos difíceis. Em sua peregrinação pelo Brasil, exerce inúmeras profissões, desde carregador de caminhão, operário fabril, tradutor, agrimensor (tendo contraído malária na primeira semana), músico, professor (de treze matérias), até que finalmente, silvicultor e criador de gado, na Fazenda de Francisco Matarazzo Júnior. Em trinta e cinco mudanças sucessivas, percorre desde Minas Gerais até o Rio Grande do Sul. Durante

três anos, como reflorestador apaixonado, é indiretamente, responsável pela maior parte do reflorestamento em todo Estado do Rio Grande do Sul. Ainda nesta função, em dois períodos distintos, participa da experiência pioneira em Monte Alegre no Paraná.

Aproximadamente, em 1946, fixa-se, em Curitiba. Movido pela curiosidade de conhecer a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, durante a viagem toma o primeiro contato com o Marumbi. Maravilhado, seu impulso foi descer do trem. Uma semana depois, volta para escalá-lo, o que faz sem interrupção há 41 anos, tendo introduzido no Paraná equipamentos e técnicas de escalagem. O apelido "Professor", pelo qual é conhecido entre os montanhistas, vem do fato dele ser pioneiro, mestre e fundador do Marumbinismo, inclusive com inúmeras descobertas, como a fenda principal do Abrolhos. Inclusive é um montanhista tão apaixonado que vem comemorando seus aniversários em pleno Pico Paraná, ponto culminante do sul do Brasil.

Além de Mestre do Montanhismo, Engenheiro Agrônomo e Florestal, Erwin Gröeger também dedica-se a botânica - tendo sido um dos fundadores da Sociedade Paranaense dos Orquidófilos - a música sacra e a literatura, sendo tradutor de poemas alemães e ingleses.

Em função destes e outros motivos, o Professor Erwin Gröeger tem sido um dos baluartes da cultura e da preservação ambiental do Paraná.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa o seu importante apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 194/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá e Região, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(aa) WALMOR TRENTINI

JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Lei nº 6.994/78:

"Art. 1º - As sociedades civis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I. que possuam personalidade jurídica há mais de um ano;

II. que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários;

III. que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV. que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório."

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá e Região compõem a categoria abrangida pelo Sindicato de todos os trabalhadores empregados de: hospitais, clínicas, consultórios médicos, laboratórios clínicos, consultórios dentários, atendentes de farmácias, clínicas de fisioterapias, física e estética, academias de estética, massagistas, duchistas, clínicas de psicologia, ambulatórios médicos, ambulatórios médicos em empresas, empresas de medicina de grupo, hospitais e ambulatórios rurais e fundações de saúde privadas.

O Sindicato tem sede e foro na Cidade de Maringá e tem por base territorial os Municípios de Maringá, Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Tomé, Terra Boa, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Fênix, Floraí, Floresta, Flórida, Guaraci, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguáçu, Mandaguari, Marialva, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Quinta do

Sol, Santa fé, São Jorge do Ivaí, Peabiru e Sarandi.

O Sindicato terá duração indeterminada.

São objetivos do Sindicato:

- lutar pela melhoria das condições de vida e trabalho de seus representados;
- atuar como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas da categoria;
- promover e incentivar com recursos próprios, subvenções ou através de entidades especializadas a realização de congressos, conferências, palestras, treinamentos e cursos relacionados com os trabalhadores;
- fundar e manter uma agência de colocação e agenciamento de mão-de-obra;
- promover a fundação de cooperativas que venham a beneficiar a categoria.

Tendo em vista os motivos supra citados, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI Nº 195/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, com sede e foro no Município de Planaltina do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, é um órgão de representação dos pais e professores da Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva, da Cidade de Planaltina do Paraná.

Esta associação tem por objetivo colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 196/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Xadrez de Araucária, com sede e foro no Município e Araucária, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) ALBANOR GOMES

#### JUSTIFICATIVA:

Em 15 de junho de 1995 foi fundado o Clube de Xadrez de Araucária com a finalidade de congregar enxadristas e pessoas interessadas, em clima de harmonia e fraternidade, sem discriminação de qualquer natureza.

Desde então o clube tem promovido o ensino e a prática do esporte, organizado competições enxadrísticas, além de selecionar, preparar e encaminhar representantes de Araucária para as competições fora do município.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 197/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a edificar no Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, a primeira Delegacia da Mulher.

Art. 2º - A Delegacia da Mulher deverá ter, além da sua edificação, todos os equipamentos e contingente necessário a fim de possibilitar a sua atuação efetiva em defesa da segurança pública.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos municípios paranaenses e mesmo nos demais Estados da Federação, acham-se carentes de Delegacias especializadas em crimes cometidos contra a mulher. Em Telêmaco Borba os delitos cometidos contra o sexo feminino encontram-se com índices alarmantes, o que vem preocupando significativamente a população residente que clama por maior proteção.

A instalação de uma Delegacia da Mulher em Telêmaco Borba evitará com que muitas vítimas deixem de denunciar o infrator pelo crime cometido por estarem diante de funcionários ou de um Delegado do sexo masculino. A referida Delegacia já é considerada como importante mecanismo de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Confiamos poder contar com o indispensável apoio dos nobres Deputados ao nosso projeto de lei.

# PROJETO DE LEI Nº 198/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Selo Antitabagismo em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Selo Antitabagismo deverá ser colocado em cada maço de cigarros, que venha a ser vendido no território paranaense.

Parágrafo Único - Cada selo custará ao comprado R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real), quantia esta que deverá ser repassada para a Secretaria de Estado da Saúde e esta fará novo repasse do valor arrecadado ao Conselho Municipal de Saúde do município onde se originou a venda.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação, cabendo ao Conselho Municipal de Saúde de cada município a sua fiscalização.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O fumo, além de ser comprovadamente prejudicial à saúde, acarreta grandes despesas ao Poder Público, com internações e hospitalizações causadas pelos malefícios crônicos do tabagismo.

Tem o presente projeto por objetivo, primeiramente, tentar inibir o consumo de cigarro e, em um segundo plano, proporcionar a Secretaria de Estado da Saúde melhores condições para tratar as doenças ocasionadas por este terrível vício.

Nada mais justo que o cidadão que tem por motivação se expor a uma doença, PAGUE, antecipadamente, pelo seu futuro tratamento.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Maivo Beraldin) -  
No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Reassumo a Presidência da Comissão Técnica de Turismo desta Casa e pretendo, nesta gestão, transformar a própria Comissão e esta Casa, a Assembléia Legislativa, num fórum de debates sobre esta importante questão, no aspecto econômico, que é o turismo como fonte geradora de empregos, geradora de impostos, de bem-estar social. Aliás, o turismo, que é a indústria que mais cresce no mundo, que movimenta na economia mundial, cerca de 3,5 trilhões de dólares, que aqui no Brasil já representa 10% do PIB - Produto Interno Bruto, que gera mais de 204 milhões de empregos no mundo, e somente no Brasil mais de 6 milhões de empregos.

Ora, se o turismo é isso tudo a nível global, se já representa isso tudo a nível nacional, o Paraná, que tem requisitos até certo ponto privilegiados para a exploração dessa atividade econômica, tem que se valer nessa importante fonte de riquezas para se tirar proveitos, para desenvolver o Estado do Paraná. O Paraná por sinal, tem já hoje, cerca de 9% de sua economia calcada nessa atividade chamada turismo. Chega a movimentar cerca de 2,1 bilhões de dólares por ano. Agora, pouca coisa está sendo

feito e o que está sendo feito estava sendo feito de forma dessincronizada, desconectado entre o Poder Público, a nível de Estado, a nível nacional e iniciativa privada.

Temos que fazer uma aproximação desses três setores, para aproveitar esta potencialidade que temos para ser explorada. É o litoral do Paraná que tem um potencial muito grande para ser explorado, a Serra do Mar, os Campos Gerais, Ponta Grossa, Vila Velha, a Cidade de Foz do Iguaçu e a magnífica obra da natureza que são as Cataratas do Iguaçu, somada à Itaipu Binacional, que como obra, é o orgulho da engenharia mundial. Temos tudo para fazer com que esta atividade realmente movimente a nossa economia, propicie bem-estar e desenvolvimento ao nosso Estado.

E é com esse intuito, é com essa intenção que quero, presidindo a Comissão de Turismo, fazer desta Comissão um instrumento para o desenvolvimento do turismo, chamando para o debate e discussão sindicatos de trabalhadores no setor, chamando o Secretário de Turismo, o próprio Governador, os Prefeitos das cidades que têm vocação turística, moradores, associações comerciais, enfim, promover neste fórum de debates, fórmulas de aproveitamento do nosso potencial turístico, e é para isso que, num momento como esse, onde o Governo do Estado - pelo menos é o que está sendo divulgado na imprensa - programa o Projeto Costa Oeste, programa - e tem data marcada para fazer - os Jogos Mundiais da Natureza, que esta Casa está muito alheia, distante de discussões de temas importantes como este.

Para se ter uma noção - não sei se a Casa tem conhecimento - o Governo do Estado está anunciando, no presente momento, investimentos de cerca de 40 milhões em obras, com recursos públicos, somente no Projeto Costa Oeste. São recursos do Tesouro do Estado do Paraná, são recursos dos paranaenses e essa Casa tem que acompanhar "pari passu" o investimento desses recursos para essa atitude - até louvável - do Governador, desenvolver o turismo, mas temos que saber como, quando, onde de que forma este recurso vai dar retorno para o Estado do Paraná.

É por isso que gostaria de chamar a atenção de todos os Parlamentares desta Casa, para que prestem mais

atenção para essa questão, da importância da Comissão de Turismo, para que prestem mais atenção para a importância dessa atividade para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebemos no dia de hoje, alguns documentos com uma notícia que nos estarreceu. A comprovação de que existe, à disposição do Estado do Paraná, 7 milhões e 14 mil reais do PRONAF - Programa Nacional de Apoio Familiar, que já está há bastante tempo nas mãos do Governo, e esses recursos não são destinados aos 57 municípios que têm direito, porque o responsável pela Secretaria Executiva do PRONAF do Paraná não realiza a análise dos planos municipais de desenvolvimento rural e, segundo as regras do programa, é necessário a análise desses planos de aprovação, para que os municípios paranaenses possam receber os recursos a que têm direito.

Temos informação ainda, que essa aprovação não acontece por ordem da própria Secretaria da Agricultura, e o que nos deixa mais estarrecidos, é que nos informam que o motivo pelo qual a Secretaria da Agricultura não permite que tais planos sejam aprovados, é um jogo de força em que o Governo do Estado, o Governador Jaime Lerner e o Senador Roberto Requião, na medida em que o Governo não quer que esses recursos vão aos municípios enquanto não for liberada a verba do programa "Paraná Doze Meses", empréstimo internacional, que precisa da aprovação do Senado, e como o Governador Jaime Lerner se recusa a fornecer informações ao Senado Federal, o projeto não é aprovado - informações sobre as verbas destinadas à montadora Renault, que se instala na Região Metropolitana de Curitiba.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores vai apresentar um Requerimento ao Secretário da Agricultura, para que ele nos responda o que está acontecendo, nos esclareça tais fatos que são, sem dúvida nenhuma, entristecido-

res. Sabemos a situação pela qual passa o pequeno agricultor paranaense. O Paraná é um dos únicos Estado que ainda tem um grande contingente de pequenos produtores, como Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, os Estados do Sul do País, são mais de 400 mil famílias de pequenos produtores que passam já há muitos anos, por extremas dificuldades. Dificuldade de acesso ao crédito, dificuldade de comercialização do produto, quando não tem seca ou enchente que acabam com a lavoura, preço mínimo vil e nem o preço mínimo os agricultores conseguem, muitas vezes, quando colhem a sua safra; dificuldade de transporte e armazenamento e mais a concorrência de outros países do MERCOSUL, como é o caso de vários produtos, que levam os agricultores à bancarrota, perdendo suas terras e indo para as cidades. Cidades pequenas do Paraná, hoje, têm milhares de favelados. Ponta Grossa é uma cidade que tem mais de 40 mil pessoas, quase 15% da população da cidade moram em favelas devido ao êxodo rural, que avilta o ser humano.

Queremos manifestar o nosso mais veemente repúdio contra o Governo do Estado e por se negar à transparência administrativa, tratando os negócios do Estado como se fossem negócio particular, privado, e impede que seja aprovado recurso internacional para o "Paraná Doze Meses", dificultando ainda mais a situação dos pequenos produtores.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Nossa Bancada está fazendo uma discussão em profundidade sobre a questão da pequena produção familiar na agricultura paranaense. Ontem, vimos um técnico do IAPAR dizer que, através de uma pesquisa e da implantação da lavoura de café, condensada, as plantas mais próximas umas das outras, é possível gerar um emprego por hectare. Ou seja, a agricultura é uma fonte inesgotável de geração de empregos - todos sabemos - e que é a fonte que gera emprego mais barato. O Governo do Estado inverte toda a situação. Preocupa-se com o crescimento econômico, com essa realidade virtual de grandes montadoras virem se instalar no Paraná, gerando um pequeno número de empregos - relativamente - e se esquece das graves questões sociais porque passa nosso Estado.

Além de investir pouco em habitação, saúde e educação, o Governador esquece das agruras da pequena produção paranaense. Não podemos aceitar que o Governo alardeie que gasta mais de um bilhão de reais para trazer montadoras para o Paraná, principalmente para a Região Metropolitana de Curitiba, concentrando a industrialização paranaense e isolando o restante do Estado. Este mesmo Governo que tem tanto dinheiro para entregar, de graça, para grandes empresas que não precisam desse recurso, porque já têm grande capital internacional, se negue a repassar e a investir recursos para a pequena produção agrícola, que é quem produz a comida do trabalhador, e por uma questão de segurança alimentar é estratégico para o interesse do nosso Estado e do nosso País.

A Bancada do PT tem se reunido já há umas duas semanas com entidades representativas como NST, Sindicatos Rurais, FETAEP, Técnicos do IPARDES, à nossa assessoria da Bancada, para discutir uma alternativa para a pequena agricultura familiar. Entendemos que assim como o Governo criou um Fundo de Desenvolvimento Econômico, ele deve criar um fundo de apoio à pequena produção familiar. Recursos que seriam utilizados, inclusive, para que o Banco desse o aval - através de recursos do Estado do Paraná - desse aval aos empréstimos de recursos por pequenos agricultores de verbas de programa nacional de apoio à agricultura familiar. Muitas vezes os recursos existem no Banco e não são emprestados, porque o pequeno agricultor não tem terra, é meeiro, é parceiro ou tem pouca terra e não o avalista e a burocracia do Banco impede que ele faça o empréstimo e o dinheiro volta para o Governo Federal.

Entendemos que esse Fundo de Desenvolvimento da pequena produção agrícola, deve servir também como fundo de aval para os empréstimos feitos de verbas federais aos agricultores e deve servir também para pequenos investimentos na agricultura, estudo de comercialização e armazenamento de produtos, impedindo e dificultando o êxodo rural, gerando empregos e trazendo o desenvolvimento social, não apenas desenvolvimento econômico para o Estado do Paraná, principalmente nessa realidade cruel globalizada.

Ontem assistimos, temos consciência que parece que a diretriz do Governo Lerner é ao contrário, é uma diretriz completamente submetida aos interesses da grande agricultura, da agricultura moderna de capitalizada, os interesses da grande produção.

O IAPAR - tomemos como exemplo - que na década de 80 recebia 30 milhões de reais do Governo, recebe hoje apenas 15, e vai ser transformado - como nos disse ontem o Diretor do IAPAR - em agência social autônoma. O que significa isso? Os recursos para agência social autônoma só virão na medida em que tiver interesse da iniciativa privada. E quem tem dinheiro para investir em pesquisa é a grande produção, a produção moderna. O pequeno agricultor não tem recursos para investir numa pesquisa alternativa que lhe aumente a produtividade. Só quem pode investir recursos na agricultura da pequena propriedade é o Estado. E lamentamos que o principal órgão do Estado, que poderia gerar uma tecnologia alternativa para a pequena produção na agricultura, esteja falindo por falta de recursos do Governo.

Todas as iniciativas deste Governo, lamentavelmente, vêm contra os interesses da pequena produção.

E queremos, mais uma vez, mostrar o nosso veemente protesto contra a atitude do Governador, que, se negando a fornecer informações ao Senado Federal, impede que o empréstimo internacional seja aprovado para implementar o Programa "Paraná Doze Meses", que vem em apoio à pequena propriedade familiar.

Para tentar pôr fim a essa polêmica, a Bancada do nosso Partido está entrando com uma ação na justiça... **(ausência de som)**... uma ação cautelar para que consigamos finalmente, obter as informações que necessitamos para poder agir como Parlamentares em defesa do interesse público do povo do Paraná e permitir que os recursos do "Paraná Doze Meses" de empréstimo internacional, venham finalmente, para que este programa possa ser implantado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Meivo Beraldin)** - Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há poucos meses atrás, estivemos com os demais Parlamentares desta Casa, no Palácio Iguaçu com o Governador Jaime Lerner, quando o Governo assinou, em parceria com a Gessy Lever, para trazer ao Paraná maior incentivo, apoio, ao esporte e principalmente ao vôlei.

E temos visto já os resultados positivos. Ontem não participamos da sessão aqui da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque recebemos o Secretário de Esporte e Turismo, Doutor Osvaldo Santos Filho, junto com o Bernardinho, onde já inauguraram no município modelo do Estado do Paraná, na região Centro-Oeste, Município de Campo Mourão, o "Voleibol Rexona" por excelência, e ali participamos desta aula inaugural, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Foi muito bonito, olha, a participação da comunidade no Colégio Dom Bosco, mais bonito ainda foi a participação dos nossos professores, dos nossos mestres, os pais de alunos, que prestigiaram esse grande evento. E ali pudemos ver que realmente o nosso Governo está preocupado não só com a área da industrialização, não só preocupado com a agricultura, com o desenvolvimento, com a geração de empregos, distribuição de rendas, mas também preocupado com o setor esportivo, onde trouxe esta parceria tão importante para o Estado do Paraná e para o interior do nosso Estado.

E ali participamos desse momento importante. A alegria maior, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, foi que estivemos participando neste Colégio, de uma outra obra - uma obra do Governo Jaime Lerner, através da Secretaria, da FUNDEPAR, do Presidente Segismundo - da inauguração de uma quadra de esportes coberta. Nunca, na história do Município de Campo Mourão, houveram quadras cobertas, liberadas por Governos e pela FUNDEPAR, e só no Governo Jaime Lerner, em dois anos, foram liberadas seis (06) quadras cobertas.

E estivemos ali ontem, estivemos nessa inauguração, estivemos nesta aula inaugural de vôlei, e sentimos ali o calor, o carinho que o povo de Campo Mourão tem pelo nosso Governador e pelas autoridades que foram recepcionadas naquele momento, o Secretário de Esporte e Turismo e o Bernardinho,



que é realmente uma pessoa capaz, uma das pessoas mais preparada para hoje assumir esse setor tão importante.

Quero aqui, neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer que em dois anos do Governo Jaime Lerner, o que foi investido em dois anos do Governo Jaime Lerner, na Região Centro-Oeste do Paraná, não se investiu em seis anos de Governos anteriores. E vamos trazer, daqui uns dias, a prestação de contas de vinte e oito (28) municípios da região, que foram agraciados com projetos e incentivos do Governo Jaime Lerner para a nossa região, porque é um Governo que nos orgulha e um Governo que tantos benefícios e que tantas obras ainda vai trazer para este Estado do Paraná, e principalmente para o nosso interior do Estado do Paraná, que está sendo muito bem atendido.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldia)  
- Com a palavra, o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto que trato nesta tarde é de interesse muito particular das Regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná. O Parque Nacional do Iguaçu é o tema central dos últimos quinze dias - pelo menos - da imprensa regional do Oeste e Sudoeste, mas é também preocupação nossa, desde o tempo em que militávamos no Movimento Ambientalista.

O Parque Nacional do Iguaçu tem em torno de oitenta mil hectares de área, começou a ser criado por um Decreto de pequena propriedade, protegendo as Cataratas, em 1916, vários e vários decretos e legislações fizeram com que o Parque tomasse as dimensões que hoje está. No entanto, o Parque só sofreu um plano de manejo em 1981, e das propostas do manejo do Parque Nacional do Iguaçu, apenas 27% foram implementadas, e destes 27%, 25% deles correspondem única e exclusivamente a uma liminar concedendo o trancamento da Estrada do Colono.

Portanto, o Parque Nacional do Iguaçu hoje, é um Parque que está completamente abandonado, a não ser do ponto de vista de Ecoturismo em pequena monta, que é o trecho correspondente à Cataratas do Iguaçu. O restante

do Parque, que a legislação prevê, inclusive um manejo de integração de todo o entorno, não existe absolutamente nada. As matas ciliares dos rios que adentram o Parque, estão à míngua, pouco delas existe e não existe nenhum projeto para a recomposição; as águas estão sujas que vão dentro do Parque, o assoreamento dos rios é uma realidade; o agrotóxico está entrando. Os pequenos projetos, as pequenas iniciativas de manejo em torno do Parque são tomadas pelas Prefeituras, e hoje com uma resistência muito grande dos agricultores, porque para os agricultores o Parque Nacional é um adversário, porque o Parque Nacional não produz pesquisa científica, não tem exploração de Ecoturismo, não é integrado à população que o margeia. O Parque Nacional traz prejuízo ao Estado do Paraná, na medida em que o Estado tem que colocar a Polícia Florestal para protegê-lo, e não recebe um tostão por isso, por conta do IBAMA, do Governo Federal, que é uma responsabilidade deles.

O que nós do Oeste do Paraná - associados com o Deputado Caíto Quintana, associados ao Deputado Élio Rusch, ao Deputado Sâmis da Silva, ao Deputado Sérgio Spada, ao Deputado Duílio Genari, ao Deputado Edgar Bueno, ao Deputado Augustinho Zucchi, ao Deputado Ademar Traiano, ao Deputado Nereu Moura e também com o apoio do Deputado Anibal Khury - estamos propondo é um estudo integral do Parque Nacional, através de um projeto chamado "Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu", porque o Parque Nacional precisa ser legitimado pelas populações que o margeiam, o Parque não pode ser um adversário da população e para isto está sendo feito a proposta de integração, indo além das propostas do IBAMA, que é controle de agrotóxico ou até recursos especiais para a agricultura orgânica - sem adubo químico, sem agrotóxicos - recursos para a implementação de matas ciliares para microbacias; recursos para o desenvolvimento de planos de Ecoturismo e também uma moeda de troca. E qual é a moeda de troca? A reabertura, sob critérios ecologicamente viáveis, do Caminho do Colono.

Para isso, nesta próxima terça-feira, dia 13, começando bem cedinho, teremos uma grande manifestação, por-



que estamos querendo canalizar para esta manifestação o anseio, o clamor popular, a indignação pública destas duas regiões, porque, somente o Município de Capanema teve um decréscimo de incremento da sua economia, em torno de 50%. Para vocês terem uma idéia, o município deveria arrecadar em torno de - de retorno dos fundos municipais - 800 mil reais, e hoje arrecada em torno de 400 mil reais. Afora isso, temos perspectiva de fazer com que tenhamos lá uma estrada que obviamente vai causar um impacto ambiental - obviamente ninguém descarta isso - mas ele pode ser minimizado, mas mesmo assim, tendo o pequeno impacto que terá, pode ser compensado com todas as ações propostas aqui.

O IBAMA já falou que gostou da proposta. A Secretaria de Estado do Paraná já falou que endossa a proposta, só que queremos isso de forma oficial, para que possamos com este endosso oficial, ir ao Ministério Público e retirar a ação que interdita a estrada, e aí sim, poderemos implementar este projeto, aí sim o Parque Nacional será legitimado e será tirado do abandono que está.

Alguns dos companheiros, Líderes, poderia conceder-me o Horário da Liderança, para que eu pudesse conceder apartes ao Deputado Sérgio Spada e ao Deputado Nereu Moura?

**(Concedido o Horário da Liderança do PMDB, pelo Deputado Nereu Moura).**

O Sr. Nereu Moura - Agradeço o aparte, Deputado Irineu Colombo, e Vossa Excelência aborda um assunto palpitante, um assunto que tem mexido com o interesse de todos os segmentos da sociedade do sudoeste e oeste do Paraná, já há muitos anos. Todas as pessoas do sudoeste e do oeste do Paraná, têm acompanhado com muito interesse a questão da reabertura da Estrada do Colono.

E aí nós, que hoje estamos vivenciando neste País este grande emaranhado jurídico na questão da Vale; e a decisão daquele Juiz lá do Maranhão, que fez a multiplicação de um valor de 800 mil reais, de dois anos atrás, se transformarem em 225 milhões, ficamos a pensar, a querer e a exigir de que é necessário mesmo, nobre Deputado, uma profunda reformulação no Poder Judici-

ário deste país, porque a Estrada do Colono está fechada por força de uma liminar que agora, depois de doze anos, depois de 10 anos de tramitação, na verdade acabou voltando tudo novamente à estaca zero, por questão de uma liminar expedida pela Justiça Federal.

De forma que são acontecimentos que vêm à tona e que fazem com que nós, que exercemos cargos públicos, e que estamos ligados ao sentimento popular, nós que fazemos esta representação da população, entendemos que está na hora - meu amigo Deputado, brilhante Parlamentar, Deputado Irineu Colombo - de que o Congresso Nacional inicie lá em Brasília a discussão de fazer com que o Poder Judiciário seja um Poder democrático, um Poder que esteja sintonizado também com os sentimentos da população, porque o que se pretendeu com o trancamento, com a obstrução da Estrada do Colono, foi na verdade uma sangria aos interesses econômicos, comerciais, culturais e de interação das duas regiões - não só das duas regiões - como o Sul do Brasil que por aquela estrada transitou - como eu transitei, como Vossa Excelência e outros Parlamentares que aqui representam o povo do Paraná transitamos, quando não havia este impedimento judicial de por lá transitar.

Por isso, Vossa Excelência está nos ajudando e colaborando com a Assembleia e com o povo do Paraná, de se somar à luta de todos os segmentos das duas Regiões do Paraná que querem, que exigem a reabertura da Estrada do Colono, com a pavimentação, a fim de que possa ter novamente a continuidade do desenvolvimento, a continuidade do progresso que lá foi interrompido.

Por isso quero parabenizá-lo pela luta que Vossa Excelência vem desenvolvendo, juntamente com as Lideranças de lá do Sudoeste e Oeste do Paraná, que não se cansam, que têm uma voz única na defesa da reabertura da Estrada do Colono, mas também faço este adendo de que é hora, é necessário, é imediato o início de uma profunda reformulação na Justiça deste Brasil, especialmente visando fazer com que as decisões sejam democráticas e atendam os interesses populares.

Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Sérgio Spada - Deputado Irineu Colombo. Vossa Excelência borda um assunto da mais alta importância para as Regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná. Para o Paraná, para o Mato Grosso do Sul, para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, uma questão que pode ser considerada até mesmo de interesse nacional, que é uma revisão na posição da Justiça a respeito daquele caminho que faz parte da nossa história, da nossa cultura, que é a antiga Estrada do Colono.

Acompanhei esta questão desde a época daquela fatídica decisão da Justiça em conceder a liminar lá pelos idos de 1986, quando era Deputado aqui nesta Casa, juntamente com o Deputado Caio Quintana, Deputado José Fonseca, e outros Deputados que já na época se envolveram de corpo e alma para reparar esse dano causado na região. Confesso que naquela oportunidade, Deputado Colombo, algumas lideranças se exacerbaram nas colocações, até certo ponto agredindo o movimento ambientalista do Estado, nacional e até mesmo internacional e até mesmo a Justiça em determinados momentos, mas que também gerou uma reação radicalizada do movimento ambientalista e da própria Justiça; e quem perdeu com essa história toda foram as comunidades direta e indiretamente envolvidas com a Estrada do Colono.

Eu, como Vossa Excelência e os demais Deputados, temos acompanhado o trabalho que vem sendo feito pela EPOPEC. Considero um trabalho muito importante, até porque sensato, para começar se assessorando de pessoas altamente gabaritadas, um currículo extraordinário, um trabalho, inclusive prestado na região, na área da preservação do meio ambiente, como é o caso do Professor Carlos Müller, que já tem uma biografia extraordinária em trabalhos prestados nesta área, neste setor, e que elaborou um projeto que é altamente viável, que preserva o meio ambiente, preserva a fauna e a flora, preserva a natureza intacta do nosso Parque Nacional do Iguaçu. Mas, também, cria condições para fazer com que o Parque Nacional do Iguaçu propicie o desenvolvimento, o progresso daquela região, abordando a possibilidade da exploração do Ecoturismo, Turismo Ecológico, que é uma das atividades econômicas.

Há pouco me referia nesta tribuna: turismo é uma das atividades que mais cresce no mundo, e turismo ecológico é do turismo o setor que mais se desenvolve. Nós, com o Parque Nacional do Iguaçu, com Cataratas, Lago do Itaipu, a história que aquela região tem ligada à história do Paraná, história nacional, certamente será um potencial que poderemos explorar, mas para isso, é fundamental o resgate daquele patrimônio histórico e cultural da nossa região, que é o Caminho do Colono.

Parabéns, Deputado Colombo! E, para nossa alegria e felicidade, está sendo muito bem encaminhado esse processo com a sua liderança, sua coordenação, a EPOPEC, os demais Deputados, o apoio do Presidente desta Casa, essa Casa como um todo, e tenha certeza que dessa feita, vamos sensibilizar a Justiça para rever esse estrago que já causou à Região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, e à toda a comunidade do Sul do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Deputado Sérgio Spada, na verdade, o pronunciamento de Vossa Excelência tem esse adendo, porque uma das previsões, desde os primórdios quando da legislação brasileira, quando se falava em Parque Nacional do Iguaçu, ou dos Parques do Brasil, se previa espaços históricos culturais, porque o Parque também é para preservar espaços históricos culturais.

E o Ecoturismo é uma novidade, é uma palavra nova nesse meio, e é exatamente por aí que estamos pegando. Quer dizer, produzindo um projeto que preserva um aspecto histórico cultural, faz a ampliação do índice de preservação do Parque, mediante a colaboração dos que margeiam e também uma alternativa. As organizações não governamentais reconhecem que não conhecem o Parque Nacional do Iguaçu - se conhecem, conhecem muito pouco - e reconhecem que não fizeram nada para compensar o drama da população que tem que ser a primeira aliada na preservação em torno do Parque.

Então, por isso estamos dando uma alternativa de Ecoturismo, que é uma fonte que poderá a população também aproveitar-se dela.

Concedo um aparte também a um outro Deputado - com muita satisfação - lutador pela causa, se me permite, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Vossa Excelência passa a falar a partir deste momento, no Horário da Liderança do PL.

O SR. IRINEU COLOMBO - Muito obrigado, Deputado Horácio Rodrigues.  
Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Colombo, acho que é momento neste Brasil nosso, que tem demonstrado uma força muito forte na mudança de conceitos preestabelecidos, no momento em que se discute as questões nacionais, inclusive, que tenhamos uma revisão no processo ecológico nacional: no que é que é defender a ecologia do País, didática e cientificamente. Que não venhamos a nos defrontar, como pessoas a favor ou contrárias, sem o estudo mais profundo, mais técnico a respeito do que é nocivo ao meio ambiente, e o que é que vamos fazer neste final de século para que o homem e a natureza possam viver no mesmo planeta, de comum acordo. Juntos, um preservando a vida do outro.

Este movimento encetado há longos anos, e agora reacendido, na reabertura da Estrada do Colono nos permite uma nova reflexão, e gostaria que os adversários da abertura também desarmassem os espíritos, e buscássemos juntos uma saída, que pudesse fazer com que a natureza e o homem pudessem caminhar.

Fiz este aparte, Deputado Colombo, e fiz estas situações de revisão de conceitos, porque a defesa da ecologia, ao meio ambiente, acho que não é nem regional, nem nacional, é uma questão mundial a ser despertada hoje.

No entanto, quando temos a Estrada do Colono fechada há dez, quinze anos, por uma liminar, o que depõe, inclusive, sobre as limitações que acontecem, se transformando em verdadeiras sentenças sem definição. Mas, enquanto 17 quilômetros de uma estrada que já existia antes mesmo de existir o Parque, se mantém fechada, a imprensa está noticiando a construção de um

asfalto reivindicado, que põe em risco o Pantanal, um dos maiores estuários do mundo na preservação das espécies. No entanto, caminha celeremente a questão desta rodovia, passando pelo Pantanal, pondo em risco, inclusive a sua permanência.

Não vou aqui divagar sobre a complexidade do sistema hidrográfico que forma o Pantanal.

Da mesma forma, percebemos indústrias poluindo, o próprio Poder Público poluindo, e estamos escolhendo a Região Oeste e Sudoeste do Paraná, que mais necessitam de apoio no seu desenvolvimento, como bode expiatório da defesa da ecologia.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Deputado Caíto, solicito a Vossa Excelência, a fazer um pedido à mesa de som, para que dê volume, para que o Deputado possa ser entendido.  
Vossa Excelência tem a palavra.

O Sr. Caíto Quintana - Obrigado.

Estou encerrando, Deputado Colombo. Eu o parabenizo, e quero lhe dizer que nós, Deputados do Oeste e Sudoeste - e acredito que esta Casa - vão estar se manifestando neste dia 18. E esperamos que este grito do Oeste e Sudoeste tenha receptividade, para que possamos discutir com profundidade, cientificamente, a reabertura deste Caminho do Colono, previsto, inclusive, como direito e obrigação do Estado na nossa própria Constituição Estadual.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Então, Senhores Deputados, apenas para exaltar, estamos propondo um aumento do índice de preservação do Parque Nacional do Iguaçu. E os agricultores, os municípios, e os demais colaboradores, para aumentar este índice, só querem uma moeda de troca: a abertura de um caminho, que não terá tráfego noturno, não terá cargas pesadas, nem cargas vivas, terá controle de emissão de poluentes, controle de ruído, terá calçamento poliédrico irregular, com guaritas e velocidade máxima de 60 km/h, com cobrança de pedágio, e dando recursos ao IBAMA para que ele possa, diante de uma previsão de 10.000.000 de recurso anual, poder implementar outras práticas pre-

servacionistas em torno do Parque. Também uma abordagem aos transeuntes, de forma educativa, de como eles devem se comportar dentro do Parque. Uma escola ecológica, com uma oficina de aprendizagem rápida da questão ambiental margeando o Parque Nacional do Iguaçu, são propostas exequíveis, são propostas que, ao longo do tempo, podem ser implementadas.

Mas os Deputados que representam a Região, a APROPEC, que é uma associação que cuida dos interesses dos municípios e as associações comerciais do Oeste e Sudoeste, a população e os agricultores só querem uma moeda em troca: a reabertura do caminho que está nas mãos da Justiça e a Justiça pode ser sensibilizada com este projeto.

Esperamos uma manifestação oficial do Governo do Estado e do IBAMA, para que, naquele lugar, possamos pedir aos agricultores que colaborem ainda mais, com a preservação ambiental.

Preservação ambiental é nossa meta, e ela não começa no Parque, ela também é no Parque, ela começa no 14º andar, com a coleta seletiva de lixo. Queremos saber o que é mais vantajoso, qual é o maior índice de preservação, se é lá ou em todo planeta, fora daqueles ambientes que são naturais e preservados.

Muito obrigado, Senhores Deputados. Teremos hoje a votação de apoio à iniciativa da APROPEC e vou passar aos senhores um "folder" explicativo da proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje solicitei fazer uso da palavra porque neste final de semana, em visita ao interior do Estado - especialmente em nossa querida Assaí - participei e fui espectador de um belo espetáculo na área do atletismo. Ali, uma comunidade de descendentes de japoneses, que aportou na região às margens do Tibagi - aproximadamente em 1923 - constituindo, na Fazenda Três Barras, várias comunidades nipônicas. A de São Sebastião da Amoreira, a de

Santo Antônio do Paraíso, a de Nova América da Colina e parte dos Municípios de Jataizinho, Uraí, Assaí, Santa Cecília do Pavão, e hoje Nova Santa Bárbara, município recentemente constituído.

E lá tive a oportunidade e ver o estímulo com que aquela comunidade, liderada pela LACA - Liga das Associações Culturais Assaienses, tem em relação ao esporte. Talvez - e com certeza - é o mais antigo campeonato em vigor no Estado do Paraná. Está na sua 58ª versão, a comunidade que entrou e fez aquela região há 70 e poucos anos atrás, faz hoje o seu 58º campeonato de atletismo, participando desde jovens, crianças e adultos de 80 anos. Um exemplo de vida, um exemplo de vida em comunidade. E isto me fez trazer aqui a lembrança de um japonês, de um nissei, campeão brasileiro de atletismo, que há 23 anos organiza e comanda aquele grande campeonato dos vários municípios da região, que é o Mário Hiracura. E ele me dizia - e aí o motivo em vir até esta tribuna, quando o Deputado Nelson Tureck, dizia garboso e feliz da sua região, que Campo Mourão esta a receber já a quinta ou sexta quadra coberta. Parabéns, Deputado Nelson Tureck!

Vi aquele 58º campeonato de atletismo, não ter a ajuda, a participação, o estímulo e o apoio da Secretaria de Cultura e Esporte do Paraná! Parabéns a Campo Mourão, mas aqui fica também registrado o esforço solitário e isolado destas comunidades, especialmente da LACA, que nesses anos todos não recebeu sequer o estímulo para que pudesse continuar a exercitar este grande papel na integração das diversas regiões do interior do Estado.

Esperamos que possamos, em breve, ter a Secretaria de Esporte também estimulando estas atividades, para que só não fique no regozijo do Deputado Nelson Tureck, mas que participemos todo o interior com este mesmo estímulo, com esta mesma decisão de apoio, especialmente àqueles que já vêem há longo tempo demonstrando capacidade organizacional e sobretudo interesse pela vida comunitária.

É o que tinha para falar, Senhores. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

- Esta Presidência concede, por

cinco minutos, por solicitação do Deputado João Techy e aprovado por este Plenário, apalavra ao Doutor Mário Sérgio, ex-Diretor do Hospital de Clínicas do Paraná.

Tem Vossa Excelência a palavra, por cinco minutos e sem apartes.

O SR. MÁRIO SÉRGIO - Gostaria de agradecer, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui para agradecer o apoio que tivemos de todos os Senhores durante os dois anos e meio de gestão. Gostaríamos de agradecer, por exemplo, o acompanhamento à Brasília para conseguir novas vagas para o Hospital de Clínicas. Gostaríamos de agradecer o projeto que isenta os Hospitais Universitários do pagamento de luz e água. Gostaria de agradecer o apoio de todos os senhores para as dificuldades que o nosso Hospital apresenta.

Nos mantivemos calados durante esses trinta dias após a nossa demissão, num ato arbitrário, já que não foi ouvida uma população que em 80% nos elegeu. Não houve, durante os 18 anos em que militou na Universidade Federal do Paraná, qualquer ato que desabonasse a nossa conduta como professor, médico ou administrador que lá desempenhei.

Gostaria de esclarecer aos Senhores que o Hospital de Clínicas em qualquer índice gerencial que você possa analisar, está entre os três melhores do País. Ele tem em nível nacional e internacional como o transplante de medula óssea, transplante hepático, doenças neuro-musculares, sessões que são de relevância e importância até internacional. O que houve de fato e que traz uma dificuldade enorme para o Hospital de Clínica, é em relação às situações estruturais, quais seriam: primeiro, pagamos cerca de 50% dos nossos funcionários, enquanto outros hospitais do MEC, como o HC de Porto Alegre, HC de São Paulo, os Hospitais Universitários do Paraná, de Londrina e Maringá, têm 100% de sua folha paga pelo governo.

Outro fato extremamente grave que existe para o Hospital de Clínicas, é que só atendemos SUS, em 99,9% dos atendimentos. E isso não remunera em valores suficientes para cobrir parte dos custos desses atendimentos. E portanto essa população de baixa

renda, só têm um atendimento de primeiro mundo, quando atendido no Hospital de Clínicas na Universidade Federal do Paraná. Foi aqui dito e têm sido divulgado, que o culpado pela crise é a Direção do hospital, o Doutor Mário Sérgio.

Gostaria de esclarecer e apresentar à Presidência, documentos que comprovam que as compras de próteses do Hospital de Clínicas só ocorre por um motivo, por uma ordem de seu dirigente máximo, que determina que: "proíbe a aquisição de próteses por consignação...", e a aquisição de próteses por consignação ocorria da seguinte maneira: as empresas deixavam estas próteses no Hospital, quando elas eram utilizadas, eram faturadas, só eram pagas após a remuneração pelo SUS, num valor de tabela pelo SUS. Após essa ordem de serviço, nós fomos - o Hospital já descapitalizado - obrigados a adquirir essas próteses a um valor de mercado, a um valor de tabela do SUS. Então, os valores que pagamos - tenho aqui os documentos, vamos entregar à Presidência - é só feita a aquisição por determinação superior da Universidade, que não poderíamos então contestá-la e fizemos a um valor de mercado, obedecendo esta orientação.

Da mesma forma, o Hospital interrompeu as atividades durante um período, após solicitação dos professores, após solicitação dos chefes de serviços, após constatação dos órgãos máximos do Hospital de Clínicas, e após a visita do Conselho Regional de Medicina e Enfermagem. Só após isso é que acatamos, para segurança dos pacientes. Hoje o Hospital voltou a abrir porque o SUS está pagando aquilo que já fizemos em maio e junho de 1996. Só agora o Hospital está recebendo isso do Ministério da Saúde, por recursos obtidos através da CPMF.

Mais uma vez agradeço o empenho, a ajuda que todos os senhores nos concederam e estou prestando contas da confiança que em nós depositaram. Coloco-me à disposição para responder quaisquer dúvidas que possam existir, e que possam esclarecer as dificuldades do Hospital, que é de uma importância fundamental para a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Quero comunicar a Vossa Excelência que não haverá apartes e nem indagações por parte dos Senhores Deputados. Vossa Excelência poderá encerrar o seu pronunciamento e tem mais dois minutos para o fazer.

O SR. MÁRIO SÉRGIO - Gostaria então de concluir, que obtivemos também uma ajuda inestimável da sociedade do Paraná, que em muitos momentos foi a responsável, através de doações - temos aqui alguns Deputados que fazem parte dessa Associação de Amigos - que nos ajudaram e que podem constatar o envolvimento de toda a Direção e de toda a sociedade, no sentido de manter o Hospital aberto o máximo possível, porque esta é a única porta que a nossa sociedade, principalmente daqueles que têm um menor poder aquisitivo, poderiam atuar.

Gostaríamos de dizer que fomos impedidos de celebrar convênios com diversas entidades que gostariam de fazer convênios com o Hospital de Clínicas, por orientação também da Universidade, que impediu o estabelecimento de convênios, que poderiam trazer recursos para o Hospital.

Informaria para os senhores, que hoje no Hospital de Clínicas, 15% dos pacientes que lá são atendidos têm algum tipo de convênio, e que o Hospital cobra do SUS que está, portanto, financiando pacientes que têm, inclusive, convênios privados e que somos impedidos de cobrar dessas empresas prestadoras de serviços, estando então o SUS - já tão sofrido - financiando estas empresas.

Respeitando o horário a mim concedido, agradeço imensamente e fico muito alegre de ver aqui a manifestação através dos senhores. Vim aqui com o maior prazer e ela não foi impedida de ser realizada. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Pela Ordem, com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, pediria a sua licença e em especial da Mesa, que mesmo não concedendo, não sendo permitido o debate, gostaria de deixar aqui o meu depoimento com relação ao Doutor Professor Mário Sérgio.

Nós, tanto eu como o Deputado Albanor Gomes, fomos a Brasília, acompanhamos em grande parte o périplo do Doutor Professor Mário Sérgio, das dificuldades pelas quais passam e passaram - de forma muito mais acentuada na sua administração - o Hospital. Em Brasília, junto ao Ministério de Educação, ele reivindicou a contratação dos profissionais que em outros hospitais-escola públicos, efetivamente eram pagos pelo MEC e não ocorrendo o mesmo com relação ao HC de Curitiba.

Também reivindicou o pagamento atrasado para que o Hospital pudesse ter a sua vida encaminhada e continuar a prestação de serviços. Reconhecemos a importância do HC, como reconhecemos a importância do HU, que são hospitais-escolas do Estado do Paraná, como aqueles que dedicam maior parte do seu atendimento às pessoas carentes, aqueles menos providos.

É esse o reconhecimento que fazemos aqui, ao Professor Mário Sérgio e que esta Casa possa - como já fez no passado - continuar trabalhando pelo HC como instituição que presta um grande serviço ao Estado do Paraná e Região Sul do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado do PTB, Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria que fosse convidado o ex-Diretor do Hospital de Clínicas, para que fizesse uma exposição mais demorada, no Plenarinho desta Casa, pois ele deixou aqui uma série de interrogações que, tanto eu como o Deputado Ângelo Vanhoni temos interesse em saber, interrogações que precisam ser esclarecidas à comunidade, porque dei a minha participação como jornalista, como homem de televisão na campanha do Hospital de Clínicas, e gostaria de vê-lo no Plenarinho desse Parlamento para que pudéssemos, tanto eu como outros companheiros - o próprio Deputado José Maria Ferreira e o próprio Deputado Vanhoni - temos interesse em saber o que na realidade aconteceu, e o que na realidade poderá acontecer no Hospital de Clínicas do Estado do Paraná.

Acho que é de interesse do Deputado José Maria, do Deputado Alborghe-tti, do Deputado Vanhoni, do Deputado João Techy, do Deputado Toti Colaço, e interesse de todos sabermos, na realidade, porque ficou um ponto de interrogação muito grande.

Outro dia veio aqui - gostaria que me ajudassem - se não me falha a memória, o Reitor Farias. Acho que deveríamos ouvir o outro lado, são dois lados, duas questões. E, na hora em que o depoimento ia começar a me interessar, foi interrompido. Gostaria que o Deputado João Techy fizesse um convite, falasse com o Deputado Neivo Beraldin, Presidente desta Casa,...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Com licença, Deputado. Gostaria de fazer uma sugestão a Vossa Excelência, para que encaminhasse por escrito um Requerimento à Mesa e essa Presidência colocará em votação para que o Plenário decida sobre o possível convite que Vossa Excelência está fazendo ao ex-Diretor do HC.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não

vou entrar com Requerimento agora, mas vou fazer um apelo verbalmente ao Deputado Anibal Khury - com todo respeito a Vossa Excelência - já que o Deputado Anibal Khury deu a idéia para que ele viesse ao Plenarinho desta Casa, nada melhor do que ele debatesse, mas estou aqui para levantar uma outra questão.

Não entendo o que acontece, não entendo! Não tenho nada contra - e aliás, quero parabenizar o meu Governo. Sou Governo, a minha Bancada é Bancada de sustentação. O Governo do Estado e o Secretário Oswaldo dos Santos Filho colocaram em prática um projeto esportivo no Paraná, e tenho acompanhado pelas emissoras de televisão, a Rede Bandeirantes, o SBT, a Rede Globo, a Rede Independência - que transmite a Record - e outras emissoras de televisão, constantemente nos programas e noticiários, a presença de atletas convidados, de outros Estados brasileiros, para participarem deste projeto esportivo no Paraná. Fico pensando comigo: "e os professores de Educação Física, que são formados nas nossas Universidades e estão passando fome, em Londrina, em Curitiba, em Maringá?" Por que é que estes Profes-

sores de Educação Física - como a minha esposa Maria Auxiliadora Alborghe-tti deu a vida dela - com todo respeito e não estou criticando o Senhor Bernardinho. Ela não é nenhum Bernardinho, mas deu a vida e está dando a vida, a minha esposa, que é professora, que cursou uma Universidade e vai cursar outra agora - vai fazer Direito - a minha senhora era convidada por várias empresas para formar crianças para a prática do voleibol. A minha esposa dá a vida pelo esporte, como outras professoras de Educação Física que vão para as Universidades, cursam anos e anos e anos e se formam. A minha mulher recebeu uma homenagem na formação, na Universidade de Londrina, como aluna exemplar, e aquilo a engrandeceu. Ela estava grávida do Luiz Eduardo e mesmo grávida ela dava aula e praticava judô, praticava esporte, tanto é que o esporte deu à minha esposa - com a idade que está - uma formação física que é invejável, que olho e não acredito. É ali que vejo que o esporte realmente dá à mulher e ao homem um porte físico avantajado, dá saúde, dá energia e mesmo com a idade da minha esposa, ela pratica ainda, joga com um grupo de senhoras idosas em Londrina, o seu voleibol de final de semana, pratica aqui na Capital do Paraná também o voleibol, no Clube Thalia. Quando não pode praticar em Londrina, com o grupo de senhoras, ela pratica aqui, mas dá a vida como professora, para a prática do esporte, e fico pensando: "porque trazer?"

Não sou contra, respeito o Bernardinho, respeito aquele outro cidadão que pratica o atletismo, o Joaquim Cruz. Respeito todos eles, respeito! Têm os seus méritos! E os nossos professores, Deputados? Será que os professores de Educação Física do Paraná são burros, são idiotas? Será que não existe um professor de Educação Física que não possa ser contratado pelo Governo do meu Estado para educar as nossas crianças na prática do atletismo, Deputado Toti Colaço?

Será que não existe um professor de Educação Física em Londrina, em Maringá, aqui em Curitiba, em Paranaíba, em Cascavel, em todas as cidades do Paraná, será que não existe uma professora, um professor de Educação Física que não poderia ser convidado para educar as nossas crianças para a



prática do voleibol? Para a prática do atletismo?

E é por isso que estou entrando com um projeto autorizatório. É um desabafo que faço - com todo respeito ao projeto, aprovo este projeto, parabeno este projeto, amo este projeto, dou a minha vida por ele - mas pedi ao Governador ontem, num jantar, que ele analisasse a contratação de professores de Educação Física e vou deixar plantada aqui, uma semente. Vou entrar com um projeto autorizando o governo a contratar os nossos professores de Educação Física, de Maringá, de Cascavel, de Curitiba, de Londrina, para que façam parte deste projeto.

Deputado Horácio, veja bem, está sendo feito aqui, a maior pista de atletismo, nesse Estádio do Pinheirão - que também não concordo, porque quando chove, aquilo lá não funciona. Acho que devia ser privatizado esse Estádio do Pinheirão e entregar privatizado, para ver se funciona, porque do jeito que está não funciona.

Estou entrando com uma série de projetos, também pedindo pista de atletismo para Londrina, para Maringá, para Cascavel, para Paranavaí - falei isso com o Governador, ontem - temos que implantar essas pistas de atletismo para formar a criação de quadras de basquete, de vôlei e realmente com o objetivo de atrair as nossas crianças, os nossos jovens que não têm condições...

Já concedo aparte, Deputado Toti.

Fazer as quadras poliesportivas, construindo estas pistas, essas quadras e então poderíamos dar emprego às nossas professoras de Educação Física e aos nossos professores de Educação Física, que saem das Universidades. Conheço um professor de Educação Física que, graças à Deus, está ganhando dinheiro vendendo cachorro quente, honestamente, mas ele poderia ser contratado pelo Governo do Estado para reeducar as nossas crianças para a prática do esporte.

Com aparte o Deputado Toti.

**O Sr. Toti Colaço** - Cumprimento Vossa Excelência pelo assunto que aborda nesta tarde, e gostaria que Vossa Excelência incluísse nesse seu projeto, a Cidade de Irati, tendo em vista que temos uma poderosa equipe de

futebol - que neste campeonato já está incomodando as grandes equipes aqui da Capital do Estado, haja vista o resultado de ontem, com empate, aqui no Couto Pereira, favorável à nossa vitória. Claro que, no final, duvidosa, porque, já viu, né!?!

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI** - Mas não é só Irati. Araucária, terra do meu querido José Albanor - que voltará a ser Prefeito, porque Araucária vai pedir a sua volta.

Então, acho que todos os municípios devem ser beneficiados. Ontem, conversei demoradamente com o Governador Jaime Lerner sobre esse assunto, na integra. Então, o Governador prestava atenção em mim, e eu falava: "Governador, já que esse projeto é de tanta envergadura para o Paraná, porque não darmos oportunidade aos professores de Educação Física do Estado do Paraná?" Alguns, Deputado meu Líder, Deputado Valdir Rossoni, já estão sendo contratados, alguns já estão sendo contratados.

Agora, gostaria que esta janela se voltasse também para o interior do Paraná, porque, uma suposição: Jandaia pode ter pista de atletismo? Pode. Tem professores de Educação Física que podem ser aproveitados? Tem. Paranavaí? Pode. O Sudoeste do Paraná? Pode. O Oeste do Paraná? Pode. Então, o projeto que o Deputado Tureck debateu nesta tarde - e com muita propriedade - muito emotivo: "É lindo!" É lindo o que Vossa Excelência falou aqui. O que o Deputado José Maria falou sobre a competição envolvendo a raça nipônica - também prestei atenção - é lindo! Mas podemos ampliar tudo isso no Paraná, não só em Campo Mourão, não só em Assaí.

Acho que esse projeto do meu Governo, o projeto do Secretário do Esporte e Turismo, temos que levar este projeto com novos horizontes. Horizontes, porque têm crianças, Deputado Tureck, que quer praticar atletismo mas não tem condições financeiras de entrar numa escola particular. Tem nadadores que querem praticar a modalidade da natação - como meu filho, que é campeão também nesta modalidade, graças à Deus - e não têm. Se eu não financiasse meu filho... Quantas crianças não querem entrar na natação e



desenvolver o corpo, ter uma oportunidade melhor!

Então, quero que isto vá - não para o filho do Deputado Alborghetti, não para o filho do Deputado Horácio, filho do meu Presidente que está na Mesa, não para o filho dos senhores, nós temos condições de pagar o esporte para os nossos filhos - mas temos que pensar nas famílias de baixa renda, que não têm condições de pagar para que o seu filho entre em qualquer modalidade esportiva.

Outra coisa - só para finalizar, Senhor Presidente - estou muito chateado. Vejo muitas televisões falarem do teatro do Rio, falar do teatro de São Paulo, falar da cultura do Rio, falar da cultura de São Paulo, mas não vejo nada do teatro de Londrina, não vejo nada do teatro de Maringá, não vejo um grupo de teatro de Cascavel, não vejo um grupo de teatro de Curitiba, mas quando chegam aqui peças de artistas de nome da Rede Globo, parece que se tem a nítida impressão, Deputado Horácio Rodrigues, que a Rede Globo é tudo, é a salvação, é o mundo, só as peças desses artistas é que tem.

Aliás, tenho pensado também, Romanelli, que todo mundo vem aqui, vem para beliscar graninha, é a "cidade-teste", vem beliscar propaganda, vai embora, leva o dinheiro, não fica nada, entendeu? Quando se trata de uma peça de artistas de Curitiba, de Londrina, do Paraná, você não ouve falar absolutamente nada. É uma sacanagem! Agora, quando é uma peça teatral dos nossos artistas paranaenses, do nosso Paraná, você não ouve uma divulgação, Romanelli, você não ouve absolutamente nada, como se o teatro só existisse no Rio. Para se fazer teatro, tem que trabalhar na Rede Globo - não estou falando da TV Paranaense, do meu querido Doutor Francisco Cunha Pereira, que ele não tem teatro, não tem artista aqui, não tem novela - estou falando do Doutor Roberto Marinho. Para fazer sucesso, tem que trabalhar com o Senhor Roberto Marinho. Aí, chega aqui, tem toda a cobertura da imprensa, é uma semana, é coquetel no Hotel Bourbon, no Hotel Rayon, é tarde de autógrafos, e vai, e tal, e altofalante na rua, e vamos levar a grana daí, porque estou precisando de um troco! Passou aqui, leva um troquinho bom! Como o Tom Cavalcanti: passam

seis meses, de vez em quando ele vem 3, 4 vezes aqui, para buscar! Entendeu? Tudo bem!

Mas temos grande comicos no Paraná, temos grandes artistas no Paraná. Então, é um desabafo - perdoem-me se tomou o espaço de Vossas Excelências - mas é um desabafo que fica aqui registrado.

Temos que pensar nos nossos professores de Educação Física, temos que pensar no nosso teatro, temos que pensar também na nossa cultura, porque passei "e-mail" para a TV Cultura de São Paulo, Romanelli, e fui muito violento, porque a TV Cultura, no programa "Metrópolis" só fala da cultura de São Paulo e do Rio de Janeiro, e a nossa televisão transmite a Rede Cultura. Nunca vi, nunca vi mandar um "e-mail" para a Mona! Para quando que vocês vão acordar e divulgar a cultura do meu Estado? Quando vocês vão acordar e divulgar o teatro do meu Estado? Quando é que vocês vão falar do meu Estado, se a nossa televisão aqui é do Governo?

Vocês estão usando a nossa televisão, o Paraná inteiro vê a TV Educativa, a Televisão Cultura é uma das grandes, é para mim, a programação mais educativa que vi na minha vida, tem o melhor programa jornalístico do Brasil, que é o "Opinião Nacional". Agora, quando entra o "Metrópolis", que temos uma oportunidade de mostrar o nosso teatro, a nossa cultura, só se fala da cultura e do teatro, Romanelli, que existe em São Paulo e no Rio de Janeiro!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Ibiporã tem um e é especial. E Vossa Excelência conhece.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Temos um teatro em Ibiporã que ninguém fala. Ninguém fala, nunca ouvi falar!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Tarcísio Meira e Glória Menezes estiveram lá e elogiaram.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - É o que Vossa Excelência está falando. Temos um grande teatro em Ibiporã, um grande teatro, que foi iniciado na administração do Prefeito José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Com recursos municipais.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Recursos próprios e ninguém fala. Ninguém! Ninguém dá cobertura. Ninguém fala de Ibiporã, ninguém fala! É essa a minha mágoa, é esse o meu desabafo!

Desculpe-me, Presidente. Muito obrigado pelo Horário.

Perdoem-me, Senhores Deputados, mas é um desabafo que gostaria que atravessasse essas paredes de concreto e chegasse a quem de direito!

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria fazer uma consulta à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pois não.

O SR. ÂNGELO VANHONI - É que se a Bancada do PT ainda dispõe de alguns minutos no Horário das Lideranças, para poder fazer uma explicação ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não, Senhor. O Deputado Irineu Colombo já exauriu o tempo da Liderança.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vossa Excelência não me concederia por uma condescendência de sua parte?

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vossa Excelência tem dois minutos, já que Vossa Excelência cedeu o tempo para o Diretor do Hospital de Clínicas.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Muito obrigado, Senhor Presidente. Sua bondade não é uma surpresa para mim.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Teria três assuntos para conversar hoje com os Senhores Deputados, sobre questões importantes do nosso Governo, do nosso Estado, mas vou me ater a apenas um, e amanhã retomarei a discussão sob outros aspectos.

Uma audiência foi fornecida pelo Capitão dos Portos, aliás, pelo Superintendente dos Portos de Paranaguá, o Senhor Anibal Petraglia, a um grupo de senhoras que moram em Paranaguá e re-

presentam entidades sociais filantrópicas. E essas senhoras foram solicitar ao Superintendente do Porto de Paranaguá um auxílio do Porto para as atividades de filantropia na Cidade de Paranaguá. É uma cidade que está sofrendo muito, tem o maior índice de desemprego do Estado do Paraná, os problemas de saúde são gravíssimos - é a campeã em AIDS no Estado do Paraná - há uma série de doenças, a cidade tem problemas de mortalidade infantil - Deputado Rosinha é da área da saúde, o Techy é da área da saúde, sabem quais são os problemas do nosso litoral, que vive numa situação de abandono, e o Superintendente do Porto de Paranaguá, numa atitude inusitada, disse o seguinte para estas senhoras: "Eu queria saber uma coisa, vocês acham que o Porto é de Paranaguá? O Porto não é de Paranaguá, o Porto é do Estado do Paraná. Por acaso ele está situado na Cidade de Paranaguá, por isso vocês precisam perder esta mania aqui em Paranaguá de achar que o Porto é de Paranaguá."

Estas foram as palavras do Superintendente do Porto, Anibal Petraglia, para este grupo de senhoras. "E eu quero lhes dizer uma coisa, o Porto não é de Paranaguá, o Porto por acaso está situado na Cidade de Paranaguá, e tem mais uma, quem decide as coisas aqui no Porto de Paranaguá, com relação ao Estado sou eu, o Governador Jaime Lerner no Porto sou eu, então quem decide, quem manda aqui sou eu, por isso se a senhora não está contente, mude de cidade."

Foram estas as palavras, não vou declinar o nome das senhoras que tiveram este embrolho com o Superintendente do Porto de Paranaguá, porque é uma atitude deselegante, e nem tenho autorização para isso, são personalidades conhecidas na Cidade de Paranaguá e me relataram este bate-papo com o Superintendente do Porto de Paranaguá.

Mas, o que eu queria dizer é que existe um problema muito grave na Cidade de Paranaguá, há um acordo firmado em função de uma pendência judicial do qual o Porto reconhece hoje a legitimidade da arguição jurídica do pagamento do ISS do Porto à cidade como prevê a Justiça, tanto é reconhecido isso que este Governo Jaime Lerner, diferente do Governo Requião, que in-

terpôs recurso judicial a esta questão do pagamento do ISS, o Governo reconheceu a legitimidade da dívida do Porto para com a cidade, e foi feito um acordo em relação à dívida passada e ao cumprimento do pagamento da dívida daquela data à frente, só que o Superintendente agora em reunião com o Prefeito da cidade, Senhor Mário Roque, na semana passada, foi taxativo: no Governo dele, o Porto de Paranaguá não vai pagar o ISS para a Cidade de Paranaguá.

O Sr. Valdir Rossoni - Governo de quem?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Governo dele, Anibal Petraglia.

Ele se intitula o "Governador Jaime Lerner" na Cidade de Paranaguá, no Porto de Paranaguá. Ele se intitula. Isto traz um problema para a cidade, que está sofrendo tanto porque são recursos do ISS devido pelos danos que o Porto, ao longo da história e até nos dias presentes, traz à cidade. O Porto, por si só, é um atrativo de imigração, de pessoas que vão buscar empregos. Os caminhões trazem danos profundos, há uma movimentação de cargas duas vezes por ano, estrondosa naquela cidade, e o Porto não traz nenhum benefício do ponto de vista financeiro e social para uma cidade tão importante do litoral, com mais de 150 mil habitantes.

Então, gostaria de dizer que a Bancada do PT, amanhã, vai entrar com um Requerimento solicitando a presença - estou já antecipando, Deputado Valdir Rossoni, porque seria bom que entrasse em entendimento - solicitando a presença do Secretário dos Transportes ao Plenário deste Legislativo para passar um esclarecimento sobre a pendência em relação ao pagamento do ISS com a Prefeitura. Se há plano, se esta decisão do Superintendente é verdadeira, é válida, é ela que vai prevalecer ou não em relação à Cidade de Paranaguá.

E dizer também que a Prefeitura de Paranaguá interpôs uma ação judicial contra o Porto de Paranaguá por não estar cumprindo aquilo que lhe é devido pela lei, não é nenhuma benesse do Governo do Estado à nossa querida Cidade de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra o PDT. PSDB. (Declina).

PFL. Com a palavra, o Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso o espaço do PFL na sessão de hoje, para lembrar aos Senhores Deputados aquilo que o Governo Jaime Lerner procura implantar no nosso Estado. Ainda na campanha de 1994, quando Jaime Lerner era candidato a Governador, ele percorreu o Estado nos seus quatro cantos e na Região Oeste - da qual é a nossa origem, que é a região que representamos, juntamente com diversos Deputados: Sâmis, Colombo, Duílio, Spada, Nereu Moura, Edgar Bueno - e ele disse que queria transformar a nossa região, porque não era concebível ter um lago fantástico como é o Lago de Itaipu e que não estava se explorando turisticamente.

Na verdade, o Lago de Itaipu é uma grande fazenda comunitária e esta fazenda comunitária tem que ser explorada sob todos os seus aspectos e todos os seus meios e, principalmente, no turismo, e para que isso fosse possível, para que isto se torne possível trazer os grandes investimentos para a Região Oeste, em primeiro lugar deve ser mostrado para o mundo a potencialidade que existe na nossa região, e o Governador Jaime Lerner e a Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, criaram os Jogos Mundiais da Natureza. Os Jogos Mundiais da natureza, que serão disputados na sua primeira edição este ano, o objetivo principal é mostrar para os Estados Unidos, para a Europa, enfim para o continente todo, a potencialidade que existe na nossa região. E quando falo em Jogos Mundiais da Natureza, eles serão disputados agora em setembro e outubro, mas não foi só neste sentido que o Governador Jaime Lerner procura divulgar o nosso Estado e trazer novos atrativos para o Estado do Paraná.

Classifico o Estado do Paraná em duas etapas. Na primeira etapa, nos dois primeiros anos, quis o Governador Jaime Lerner mudar o perfil econômico do nosso Estado. E neste segundo ano agora, é atender exatamente os seus municípios e a sua comunidade. E para isto ele cria novos programas. Admiro,

estimo demais o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas infelizmente se faz necessário dizer aqui da tribuna, também os objetivos que o Governador Jaime Lerner tem em trazer para o nosso Estado grandes símbolos, grandes estrelas nacionais nas mais diversas modalidades.

Recentemente, prestigiamos no Palácio Iguaçu o convênio que o Governador Jaime Lerner fez com a "Rexona" e trazer para o nosso Estado exatamente a modalidade de voleibol e trouxe, Deputado, para o nosso Estado, o técnico da Seleção de Voleibol do Brasil. O Estado, Deputado Alborghetti, não está gastando nada com o Bernardinho. O Bernardinho, na verdade, é para nossa juventude, para o Paraná e para o Brasil, o símbolo, a estrela do voleibol e, junto com isso, Deputado, o Secretário de Esporte, o titular da Pasta, Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos, estão percorrendo ontem e hoje o interior do Paraná para implantar estas escolas. Mas, como serão implantadas? Salvo se estou enganado, salvo se estou errado, o Estado do Paraná, em convênio com a "Rexona", a "Rexona" está bancando, custeando todo o projeto.

O Estado entra com a estrutura e com a infra-estrutura, e contrata-se exatamente os profissionais do nosso Estado, são contratados professores de Educação Física do nosso Estado para exatamente dar essas aulas de voleibol para a nossa juventude e para os nossos futuros atletas. Procura o Estado do Paraná descobrir novos talentos, e não pára no voleibol, sabemos que já esteve no Estado do Paraná o Ubiratã - outra estrela, outro símbolo, não do voleibol, mas do basquete, vice-campeão mundial, campeão brasileiro. Exatamente nestas estrelas e nestes símbolos que os nossos jovens, que os nossos futuros atletas, não só do Estado, mas do Brasil, devem se espelhar.

É por isso que eu, como Deputado, e não pelo fato de ser do PFL e o Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos ser do PFL, mas devemos reconhecer e dar a mão à palmatória para o Governo do Estado em trazer exatamente essas competições, ou seja, melhor dizendo, fazer os convênios com a iniciativa privada e descobrir no nosso Estado novos talentos.

É esse o registro que queria fazer - com todo o respeito que tenho pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti - e sei que devemos valorizar, e o Estado do Paraná, acima de tudo o Governador do Estado e o Secretário de Esportes do nosso Estado estão valorizando os nossos profissionais. Essas escolinhas estão sendo implantadas no interior do nosso Estado, de preferência nas escolas estaduais do nosso Estado, usando a estrutura e valorizando, acima de tudo, os nossos professores, e descobrir novos talentos.

O Sr. Nelson Tureck - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Só para dizer ao Deputado, que ontem, após a aula inaugural em Campo Mourão, o Secretário de Esportes e Turismo, Oswaldo Santos e também o Bernardinho, foram à Londrina, Alborghetti, e também à Maringá.

Então, todas as cidades pólo hoje, no Paraná, do interior, estão sendo beneficiadas com este programa tão importante.

Parabéns mais uma vez pelo seu pronunciamento, também.

O SR. ÉLIO RUSCH - Muito obrigado.

Seria só esse o registro que queríamos fazer - longe de querer fazer críticas ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti - mas devemos enaltecer o trabalho que o Secretário Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos está fazendo em favor do esporte no nosso Estado. E temos certeza que, em breve, o Estado do Paraná haverá de trazer também grandes talentos na modalidade do atletismo e outras modalidades.

Oxalá possamos descobrir na juventude do Estado do Paraná os grandes talentos que irão amanhã defender, não só o nosso Estado, mas oxalá as cores do nosso País.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Só para dizer ao Deputado Élio Rusch que não tenho nada contra o Deputado Oswaldo, que é meu particular amigo - inclusive cedeu-me para várias escolas do interior do Paraná, bolas que são fabricadas na Penitenciária Central do Estado, que é um grande trabalho que o Secretário da Justiça está fazendo, que o Doutor

Oswaldo também está fazendo um grande trabalho na fabricação de bolas, etc.

Concordo, ele esteve em Londrina, estou sabendo de tudo, fui convidado para acompanhá-los, etc. A minha preocupação são os professores de Educação Física do Paraná, não tenho nada contra o Bernardinho - acho ele fantástico - esse senhor que foi atleta do basquete, o Ubiratã - quando o vi, me lembrei do passado, quantas vezes me lembrei do passado.

Não sou contra, só quero emprego para os professores de Educação Física do Paraná, só isso! Gostaria de ver os Psicólogos do Paraná empregados, no meu projeto, desde o meu primeiro mandato que tive o apoio do Deputado Antonio Annibelli, brigamos aqui eu, a Irondi, o Annibelli e tantos outros Deputados, para a contratação de Psicólogos em todas as Delegacias de Polícia do Paraná, para ver se o jovem é viciado ou não; contratação de Promotores Públicos, de Advogados, etc.

Então, isso é um sonho. Gostaria, Deputado Élio Rusch, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, e Vossa Excelência é meu amigo, é meu companheiro, a minha preocupação é que se for pelo que conversei com o Governador ontem - ele realmente sentiu a minha preocupação - eu queria a contratação dos profissionais do Paraná. Por exemplo, Londrina pode gerar empregos para três, quatro Professores de Educação Física, Curitiba muito mais e outras cidades também.

Quanto ao projeto do Deputado Oswaldo, debati com ele no Palácio recentemente. Estou com ele e morro abraçado, porque é um dos melhores projetos que vi na área de esporte no Paraná. Não tínhamos isso até então, no Paraná. Só se falava.

Quero, na área da cultura, abrangendo o teatro no Paraná. Em Ibiporã, temos um dos grandes teatros feito pelo Prefeito José Maria Ferreira, com recursos próprios. E não se divulga o teatro de Ibiporã, não se divulga o teatro de Londrina. Debati com o Governador isso. Precisa se ficar mendigando, entendeu? Agora, quando tem teatro que vem de São Paulo e do Rio, Nossa Senhora, parece que vai cair o mundo! Quando se fala da cultura do meu Estado, parece que o meu Estado não tem valor.

Então, é isso que quero deixar patenteado. É um desabafo meu. Quero apenas que se dê emprego aos professores de Educação Física. Se já está acontecendo isso, parabéns ainda mais, porque não conversei com o Secretário. Tenho uma audiência com ele amanhã, e vou estar com ele para ver as bolas que quero para as favelas, bairros, para as associações de bairros, que estão formando escolinhas de professores de Educação Física, aliás, formando crianças na área de futebol de salão e futebol de campo.

Então, se já começou a contratar, terá ainda muito mais o meu apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença de dois colegas: uma colega Deputada do Pará e um Deputado do Pará, Lisane Monteiro - do PMDB - Presidente da Comissão dos Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor; e José Carlos Lima, Membro Titular da Comissão; e Paulo Pavin, Procurador da Assembléia do Pará.

Ambos os Deputados estão acompanhados do nosso "sempre Presidente" Orlando Pessuti. Fiquem à vontade e sejam bem-vindos a este Poder Legislativo.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Sâmis da Silva.

O SR. SÂMIS DA SILVA (Pela Ordem) -

Só gostaria de registrar a presença, neste Plenário, dos Vereadores de Foz do Iguaçu, que nos visitam nesta tarde: Vereadora Roseli Mezzomo, Vereador Evilásio Rocha e Vereador Chico Noroeste, que nos visitam neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Sejam bem-vindos.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº DIRFI/020/97, subscrito pelo Senhor Diretor vice-Presidente e Financeiro do BRDE, constante do expediente, co-

municando que estará presente à Sessão Legislativa do dia 07 de maio corrente, às 16:00 horas. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Walmor Trentini e Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, onde fica autorizado à Se-

cretaria de Estado do Esporte e Turismo, instalar e edificar no Município de Paranavaí, o Centro Regional de Esportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.E.C.E. E C.T.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Enira de Moraes Ribeiro, com sede e foro em Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Colônia do Jardim São Jorge, com sede e foro em Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Vila Operária, com sede e foro em Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Leonel França, com sede e foro em Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 102/96, de 02.07.96).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 302/96

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leonel França, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim dos Pinheiros e Roma, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 133/96, de 02.09.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 409/96

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim dos Pinheiros e Roma, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Vida Nova, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 26/97, de 12.03.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 81/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama visa declarar de Utilidade Pública a Associação Nova Vida, com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua

normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/97, de autoria do Deputado Élio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Luz e Vida, com sede e foro na Cidade de Corbélia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 42/97, de 07.04.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 133/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Luz e Vida, com sede e foro na Cidade e Comarca de Corbélia - PR.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 855, 868, 884 e 906, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 879 a 881, 911 e 912, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 875 a 878, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 871 a 874, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 859, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).



Requerimentos nºs 857, 858 e 860 a 866, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 891 a 894, 904, 908 e 909, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 902 e 903, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 882, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 885, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 886, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 890, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 897, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 898, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 901, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 915, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 917, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 920, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Horácio Rodrigues, Edson Lino, Reny Borsatto e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Amanhã tem uma sessão onde teremos a presença do vice-Presidente do BRDE, Doutor Fernando Fontana. O Estado do Paraná, através, naturalmente, do seu Governador, encaminhou a esta Casa vários projetos, especialmente dois.

Um, é a Agência de Desenvolvimento do Paraná, uma matéria da maior importância, que se ficaria com a massa falida do BADEP, mais a Carteira de Fomento do BANESTADO e a locação de recursos dessa linha de crédito que o Governo Federal criou.

Então peço - a título de esclarecimento desta Casa, para que esta vinda, inclusive aqui do Fernando Fontana possa ser produtiva, porque a questão do BRDE é uma questão extremamente importante - que esta Presidência pudesse convidar o nosso colega aqui de Bancada - que hoje exerce as altas funções de Secretário da Indústria, Comércio e Desenvolvimento - para também participar dessa sessão, e se for o caso, aduzir informações da maior importância, inclusive em relação a estratégia que o Governo do Paraná tem em relação do BRDE.

Acho que seria, para todos nós, extremamente positivo se pudessemos contar aqui - claro que a convite da Mesa - com a presença do Secretário Nelson Justus, porque esta matéria é extremamente importante para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) -

Quero informar a esta Casa que a reunião será amanhã, no Gabinete do Presidente, às 16:00 horas.

Requerimento nº 889, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que o resumo do Contrato firmado entre a Mercer Comunicações e a Secretaria de Comunicação Social, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná. Como há só um resumo, estamos solicitando a cópia de inteiro teor, coisa que já fizemos também em relação a Secretaria de Estado de Obras, que é um Requerimento que está

na Mesa e que foi adiado e que prontamente foi atendido pela Liderança do Governo e pelo Secretário de Obras, já nos enviando os Contratos via PLAN, assinados entre o DECOM e Engenharia Ltda., e o assinado entre o DECOM e a Ocri Construções Elétricas Ltda.

O seguinte Requerimento, que contém este pedido de informações - já aproveitado a oportunidade para retirá-lo - e solicito a aprovação deste Requerimento, uma vez que versa sobre o mesmo tema: resumo de Contratos que são publicados no Diário Oficial e que solicitamos a cópia de inteiro teor, como nos foi enviado pela Secretaria de Estado de Obras, seria somente o envio deste Contrato.

O Contrato da Comunicação Social, se o Líder do Governo providenciou, assim como providenciou o do Secretário de Obras, nós retiramos, se não providenciou, pedimos a aprovação.

E aquele, que foi enviado ao Secretário de Obras, estamos aproveitando a oportunidade e retirando.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Estamos discutindo agora o Requerimento da Comunicação Social.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sim, e solicito o apoio e a aprovação pelos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está em discussão.  
Está em votação.  
Deputados que aprovam.  
**Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Verificação de votação.  
Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Doutor Rosinha, queiram levantar-se.

Cinco (05) Senhores Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove (19) Senhores Deputados rejeitam.

**Está rejeitado.**

Não há número para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 302, 409 e 487/96; 081 e 113/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 304 e 551/96; 092, 138 e 141/97.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 06 DE MAIO DE 1997.

#### "MERCOSUL: CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO

Jornal Folha de Londrina

Henrique Chesneau Lenz César

O Congresso Internacional do Direito Comunitário e do MERCOSUL, que se realiza em Foz do Iguaçu, aborda temas de mais alta importância, entre eles a necessidade de regulamentação das relações jurídicas supranacionais. É a partir deste evento que surge a oportunidade para reforçar o apoio a uma tese que vem ganhando força em nosso Estado: fazer de Curitiba a Capital do MERCOSUL.

Mais do que pleitear um simples título, trata-se de dar continuidade a todo um trabalho na área jurídica, visando aprimorar as relações entre os países integrantes do bloco econômico, eliminar entraves e criar novos meios para promover a real integração.

Por que uma Capital? Por que Curitiba? Reconhecemos todos que a instituição do MERCOSUL, a exemplo da formação de grandes blocos internacionais, suscita novas e relevantes questões, globalizando aspectos como a ordem econômica, o intercâmbio entre os países e o Direito supranacional. Eleger uma Capital para o MERCOSUL é, antes de tudo, estabelecer foro, o espaço físico onde serão discutidas e

deliberadas tais questões. Escolher uma Capital do MERCOSUL é dar um importante passo para materializar este nosso mercado comum.

Mais do que geograficamente bem situada, Curitiba possui hoje todos os requisitos necessários para reivindicar para si o status de Capital do MERCOSUL. A excelente infra-estrutura de transportes, envolvendo estradas, ferrovias e o moderno aeroporto internacional, alia-se à sua proximidade com o Porto de Paranaguá. Seus projetos de vanguarda complementam-se com a atração de investimentos de porte. A permanente preocupação com a ecologia e a qualidade de vida desenha um perfil de metrópole consciente de seu papel, a um só tempo inovadora e conservacionista.

Por outro lado, pensando nesta proposta, sob o ponto de vista da população de nosso Estado, concluímos que são inúmeros os benefícios econômicos e culturais. A Capital do MERCOSUL, assim como o Estado a que pertence, passaria a merecer uma atenção ainda maior, atraindo novos investimentos e exigindo uma postura condizente com o que se tem feito ao longo dos últimos anos.

Finalmente, consideramos indispensável a criação de um Tribunal de Justiça supranacional, capaz de julgar todos os conflitos de interesse envol-

vendo as relações comerciais decorrentes do MERCOSUL e com jurisdição sobre todos os países que o integram, tal como ocorre hoje nos países da Comunidade Européia.

Uma vez definida Curitiba como a Capital do MERCOSUL, também aqui estará sediada sua Corte de Justiça, nos termos propostos pela Associação dos Magistrados do Paraná.

O Paraná possui hoje condições inéditas em sua história para se afirmar como Estado produtor e centro de decisões. Cabe a nós, paranaenses, ocupar este espaço que a realidade econômica, política e social está a nos oferecer. A união, desde que estabelecida em torno de princípios bem delineados, é um passo decisivo para a maturidade que todos almejamos alcançar.

Em meu nome e em nome do Poder Judiciário, desejo agradecer a esta **Folha** por mais esta atitude democrática, abrindo importante espaço para a divulgação de idéias e notícias de interesse não só do Judiciário, mas de toda a sociedade paranaense."

♦ **Henrique Chesneau Lenz César**  
é Presidente do Tribunal de  
Justiça do Paraná.